



GUERREIRAS NA FRONTEIRA

HISTÓRIAS DE MULHERES GUARANI
E KAIOWÁ QUE RESISTEM EM TERRAS
INDÍGENAS ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI

ISADORA RUSCHEL CASTANHEL

GUERREIRAS NA FRONTEIRA

HISTÓRIAS DE MULHERES GUARANI
E KAIOWÁ QUE RESISTEM EM TERRAS
INDÍGENAS ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI

ISADORA RUSCHEL CASTANHEL

*“Nadie se puede acobardar, nacimos siendo valientes.
Porque respirar es arriesgar.”*

LA VIDA (RESPIRA EL MOMENTO) – CALLE 13

Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo
Universidade Federal de Santa Catarina - 2016.2

ORIENTAÇÃO

Mauro César Silveira

TEXTO, EDIÇÃO E REVISÃO

Isadora Ruschel Castanhel

PROJETO GRÁFICO

Alice da Silva

FOTOS

Isadora Ruschel Castanhel

PÓS-PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA

Rafael Venuto

AGRADECIMENTOS

À Adriana e Francisco, por muito mais que a vida; por criarem asas em mim e por jamais terem me impedido de batê-las.

Ao Gabriel, por me tirar do posto de filha única e depois fazer eu me tornar a irmã mais chata do planeta; por tornar-se uma pessoa mais incrível a cada dia.

Ao Mauro, orientador e amigo, cujos únicos defeitos foram uma agenda lotada que nunca batia com a minha e, claro, sua bastante questionável escolha de time de futebol. Por me ensinar que “bons títulos nunca te ganham de primeira” e tantas coisas mais. Pela segurança, pela entrega e pela generosidade gigantesca. Por me fazer morrer de vontade de ser jornalista. E por ser essa pessoa sobre a qual a gente tem que se controlar pra não escrever páginas e páginas de coisas boas, exatamente como eu faço agora.

Ao Rafa Venuto e à Alice da Silva, pelo carinho e talento enorme com que trataram meu trabalho.

À Universidade Federal de Santa Catarina, pelo ensino gratuito e de qualidade.

À Alice da Silva, Bibi Bertoli, Gabe De Toni, Jani Silva, Poli Dallabrida, Raíssa Turci e Thaís Ferraz, por me encontrarem, mesmo que em diferentes partes do caminho, e permanecerem.

À Barbara Arisi, pela gentileza e pelas indicações preciosas que possibilitaram a realização deste trabalho desde o pri-

meiro momento.

Ao Gabriel Martines, por responder minhas dúvidas bobas e por gastar algumas horas de seu tempo me fazendo companhia.

Ao casal Jorge Pereira da Silva e Michele Matos, por me acolherem tão bem em Amambai, pelo bom humor e pelas indicações e conhecimento que me foram tão valiosos.

À Lauriene Seraguza, por me colocar um milhão de minhocas mais na cabeça e, por isso, me ajudar a expandir o olhar.

Ao querido Ademir “Sará” Souza, por ter sido um anjo da guarda e um companheiro de entrevistas muito paciente.

Ao seu Chico, pelas conversas e caronas da Funai até a casa de quem fosse necessário.

A todas as mulheres que dividiram comigo parte de suas histórias: Paulina, Denilza, Lucia, Sandra, Helena, Crescência, Franci, Aparecida, Elismara, Sandrieli, Sônia, Jhonn Nara, Francisca e Turah. Algumas me divertiram, outras me surpreenderam e outras, ainda, me destruíram. Todas me fascinaram. Este livro só é por vocês.

MATO GROSSO DO SUL

Amambai

Aral Moreira

Guaira

PARAGUAI

PARANÁ

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
A LUTA E A REZA NA PONTA DA LÍNGUA	19
A NETA DE NÍSIO TEM NOME	32
ENTRE A CRUZ E O ESTETOSCÓPIO	50
FILHA DA INCERTEZA	66
IMPEDIDAS	88

PREFÁCIO

CONTEXTOS E CONFISSÕES

Foi só enquanto atravessava a ponte sobre o rio Paraná, que separa o Paraná do Mato Grosso do Sul e, portanto, as regiões Sul e Centro-Oeste do país, que pensei pela primeira vez sobre a escolha da localização geográfica de minha pauta. A fronteira. O que mais me intriga em relação a ela é que, no momento em que a gente a cruza, tem a sensação estranha de que mudou completamente de lugar. Não foi sem um certo espanto que processei a inédita conclusão – a de que minha própria história sempre se enveredou pelas extremidades dos territórios, pelos confins de um lugar que se agarram aos princípios de outro (ou vice-versa).

Nasci e fui criada pertinho do ponto onde Brasil, Paraguai e Argentina se alcançam, tomando muito tererê e, eventualmente, comprando sem impostos do outro lado da ponte da Amizade. Por teimosia do destino, meu primeiro lar internacional

foi Bratislava, capital da Eslováquia, que se conecta, através do majestoso Danúbio, à Hungria e à Áustria (é a única capital europeia situada na fronteira do seu país com outros dois).

Quando a América Latina me chamou, eu fui encontrá-la em Cúcuta, onde as repúblicas irmãs Colômbia e Venezuela, tão parecidas e tão diferentes, se seguraram as mãos, ainda que nem sempre de bom grado. Por fim, a ilha querida que eu chamo de casa há pouco mais de cinco anos, Floripa, que faz divisa com o infinito em todas as suas direções.

Então, veio o Trabalho de Conclusão de Curso. E mais uma fronteira, ainda mais desafiadora.

Mas por que o interesse pelas mulheres indígenas?

De acordo com estudos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há cerca de 900 mil autodeclarados indígenas no Brasil, divididos em 305 etnias e falantes de, pelo menos, 274 idiomas. Destes, cerca de 445 mil são mulheres (49,5% do total).

Apesar das situações terríveis que enfrentam todos os dias, algumas das quais descritas neste livro, as mulheres guarani kaiowá não devem ser pensadas como vítimas. Como todos os povos indígenas, são vítimas, sim, do sistema e de um Estado anti-indígena, mas, acima de tudo, são protagonistas da própria história. Não à toa são controladoras e donas do fogo, o núcleo familiar e doméstico (conceito melhor apresentado no capítulo 4). Seu papel na configuração social e cultural tem sido alterado, mas quem manda, efetivamente, são e foram sempre elas.

Uma das coisas que aprendi, e que considero importante compartilhar e ressaltar antes da leitura deste livro, é que a violência de gênero existente, principalmente dentro das reservas (ambiente naturalmente mais tenso se comparado às

terras demarcadas), não é gratuita. Ela é decorrente de um processo histórico secular de outras violências e violações de direitos aos quais os indígenas foram submetidos e consequência do contato com o branco e a cidade, da exploração da mão-de-obra, da perda da terra. O processo de colonização inseriu os indígenas no sistema branco do patriarcado, onde as mulheres são naturalmente mais violentadas.

Este livro é composto por cinco capítulos que contam oito histórias. Muitas outras ficaram de fora, com um pouco de dor. São mulheres que lutam todos os dias – pela terra que é sua por direito, por comida, pela cultura, por respeito, para se fazer ouvir, se fazer entender, para viver. Para não morrer.

Não foi fácil. À medida que entendia no que estava me metendo, fui duvidando. Tive infinitas incertezas sobre se seria mesmo capaz de realizar este projeto, com todas as particularidades e complexidades do tema e a sensibilidade que o tratamento dele exige.

Por que o interesse pelas mulheres indígenas? Não sei responder por quê. Não sabia no primeiro dia de viagem, quando, de repente, me vi em pânico. Não sei ainda hoje. Ao fim de sete meses de intensa imersão e ânsia de aprender, o que sei é que não era a pauta que precisava ser feita; era eu quem precisava fazê-la.

Eliane Brum diz que o repórter precisa atravessar a rua de si mesmo para olhar a realidade do outro lado de sua visão de mundo. Cada uma das pessoas que encontrei, ouvi e observei durante o processo de produção deste livro me tomaram pela mão e me ajudaram a atravessar um pouco de mim. Me ensinaram, me indignaram com o mundo, me indignaram comigo mesma, me calaram. Me expuseram minha própria hipocrisia, meu conforto, minhas certezas, meus limites, como jornalista,

mulher, branca, ser humano. Me derrubaram quando, em seus rostos, eu vi expressões e olhares tão familiares. Alimentaram uma vontade enorme de fazer o mundo ouvir suas vozes fortes.

Em Guaíra, fui colocada à prova do início ao fim, questionei minha capacidade de superar o próprio “olhar estranho” e de me afirmar como jornalista diante da entrevista mais difícil que já encontrei. Amambai foi gentil comigo, me mostrou nos fins de tarde porque recebe o título de cidade crepúsculo e me fez ser grata pelos anjos que os deuses da reportagem às vezes colocam em nosso caminho, pra facilitar o trabalho ou só mesmo pra que não nos sintamos tão sozinhos.

Não sei se fui suficientemente capaz. Muitas ruas ficaram por atravessar. Deve ser isso que nos faz seguir no Jornalismo, afinal de contas.

Entendi que, mesmo que nos esforcemos em parecer neutros e exercer a tal da distância imparcial, tudo que temos a oferecer num texto (ou vídeo, ou foto) somos nós mesmos. Dentre tantas outras coisas, é também disso que este livro se trata.

“Espero que seja suficiente”, já escreveu Eliane Brum.

CAPÍTULO UM

A LUTA E A REZA NA PONTA DA LÍNGUA

Ela plantava quando cheguei, perto das quatro da tarde. Enquanto me acomodava em um banco, gritava com o marido para que continuasse lavrando, se não “secava o buraco”. Dava ordens a todos ao seu redor, impaciente, como se eu já esperasse há horas. Pendurou o boné amarelo em uma viga de madeira na parte de fora da casa e, finalmente, sentou-se. Helena Verareryi tem 58 anos, vive na aldeia Limão Verde, em Amambai (MS), a cerca de 50 quilômetros do Paraguai, e descrevê-la é bastante simples: muitos, muitos pontos de exclamação em sequência, ambulantes e falantes.

O lugar onde nasceu, seu tekoha (nome em guarani dado à terra de origem, pertencente aos ancestrais, e à aldeia, local de habitação), se chama Mbarakay e está localizado no município de Iguatemi, distante 115 quilômetros de Amambai. A pronúncia do nome em guarani me confunde quanto à sua escri-



NÊRSIA ROMERO, 97 ANOS, A MÃE DE DONA HELENA



DONA HELENA, NO CENTRO, DE BRAÇOS DADOS COM A MÃE E A IRMÃ,
ENQUANTO ENTOAM UMA REZA EM GUARANI

ta, então dona Helena se curva sobre a terra arenosa e escreve com o dedo no chão. “É assim: Ma-ra-ka... pera, deixa eu ver. Mara-ka... Maraka-y.”

Deixou Mbarakay no ano de 1988, porque “começaram a tirar tudo nós de lá”, e seguiu para a aldeia de Sassoró, em Tacuru (MS). À Limão Verde, chegou em 2000. Conta que o pai, de tanto sofrimento, morreu ali.

Desde então, ela e o grupo já voltaram à Mbarakay duas vezes. A primeira foi em 2003, a segunda, em 2015. Na primeira tentativa de reocupação da terra, permaneceram por nove dias. Quando os “pitoleiro” chegaram, dona Helena não estava por perto. O marido havia perdido os documentos e os dois saíram para procurá-los. A indígena guarda a data e o horário exatos na memória: 15 de junho, perto das três da tarde. Ouviram o tiroteio de longe. Mais de 100 pistoleiros fortemente armados atacaram crianças, mulheres e idosos indígenas, queimaram suas habitações e os expulsaram. Um jovem indígena foi assassinado e o cadáver, ocultado. O corpo nunca foi encontrado e os mandantes e autores do crime não foram punidos.

Em 2015, um grupo de 28 pessoas saiu de Amambai em 4 de outubro e ocupou Mbarakay por quatro dias, no lugar onde ficava a casa de uma das irmãs de Helena. Aí os “pitoleiro” chegaram, novamente. E bateram. E atiraram, sem parar. Sete mulheres foram machucadas. O sobrinho de Helena desapareceu, junto com uma mulher. “De certo que mataram.” O grupo correu e se escondeu, mas foi pego e levado de volta à Limão Verde. Nas duas tentativas de ocupação, três indígenas foram mortos e muitos ficaram feridos.

“Por Deus que não me mataram. Aqui, ó, me bateram aqui”, mostra o ombro direito, “foi feio, isso aqui ficou desse tamanho.” O chefe dos pistoleiros chegou e impediu que algo

pior acontecesse por parte de seus capangas. “Ele disse: ‘Se eu não chegasse, iam matar tudo vocês.’ Ele não queria judiar nós. Coitado do meu sobrinho. Pra ele já acabou, né? Mas pra nós num cabou.”

À menor menção da palavra “invasão”, dona Helena se exalta. “Não é invadir! Ele que invadiu nosso tekoha! Os fazendeiro não deixa nós entrar lá, diz que é dele, e não é. Não é dele! Aqui, ó, minha mãe. Você já viu a minha mãe! Ela me criou lá no Mbarakay”, explica, apontando a matriarca que, agora, está sentada ao meu lado. Nérsia Romero tem 97 anos e a expressão tranquila. “Nosso tekoha não é nenhuma dessas aldeia aqui, não é Jaguari, nem Limão Verde, nem Amambai, Takuapery, Sassoró, Porto Lindo. Nosso tekoha é lá. Nós vivia bem lá. Agora a gente fica sofrendo aqui.”

Em 2013, a Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou as conclusões dos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena (TI) Iguatemipectua I, que abrange os tekoha Mbarakay, de dona Helena, e Pyelito Kue, no município de Iguatemi. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União em 8 de janeiro do mesmo ano, e reconhece como área de ocupação tradicional de famílias kaiowá uma superfície de 41.571 hectares (um hectare corresponde a dez mil metros quadrados, que equivale aproximadamente a um campo de futebol de medidas oficiais).

O relatório circunstanciado afirma que “a TI Iguatemipectua I é de ocupação tradicional [...], apresentando as condições ambientais necessárias à realização das atividades dessas mesmas famílias e tendo importância crucial do ponto de vista de seu bem-estar e de suas necessidades de reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, correspondendo, portanto, ao disposto no artigo 231 da Constituição

Federal vigente.”

Em outubro de 2012, um agrupamento de 170 indígenas que vivia à beira do rio Hovy, na região agora reconhecida como de ocupação tradicional, em disputa fundiária com fazendeiros e vivendo cercado por pistoleiros, escreveu um manifesto contra uma decisão da Justiça Federal de Naviraí (MS) que reconhecia a área como propriedade particular, decretando sua expulsão. Na carta, que despertou a atenção da comunidade nacional e internacional, os guarani kaiowá afirmam a decisão de serem mortos e enterrados ali mesmo, junto a seus antepassados, porque perderam a esperança de sobreviver dignamente e sem violência em seu território antigo e não mais acreditam na Justiça brasileira.

Nesse mesmo período, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) permanente composto por representantes do legislativo e executivo federal e estadual, organizações indígenas e de produtores rurais, Ministério Público Federal e Ordem dos Advogados do Brasil, com o objetivo de discutir e propor soluções concretas para a situação dos povos indígenas no estado. Como próximo passo, o GT deveria encaminhar a melhor forma de dar sequência a esse processo de reconhecimento e posse da terra indígena, iniciado com a publicação do estudo.

A nota do Grupo Técnico da Funai constituído para realizá-lo, coordenado pela antropóloga Alexandra Barbosa da Silva, afirma “que as fontes históricas e arqueológicas apontam claramente o fato de que o cone sul do atual estado de Mato Grosso do Sul é, através de séculos, território de ocupação tradicional dos Guarani Kaiowá (à margem esquerda do Rio Igua-temi) e Guarani Nandéva (à margem direita do mesmo rio).”

Cerca de 1800 indígenas provenientes dos dois tekoha habitavam, à época, o território identificado pela análise. Mas

o relatório destaca que a grande maioria da população originária das diversas microrregiões de Mbarakay e Pyelito se encontra, atualmente, habitando as TIs Sassoró, Jaguapiré (em Tacuru/MS), Amambai e Limão Verde (em Amambai), como é o caso de dona Helena e outros 200 kaiowá que esperam para voltar à terra de origem.

O relatório também reconhece algo que dona Helena sentiu na própria pele, agredida duas vezes por pistoleiros. Ao longo dos últimos anos, a insatisfação de famílias e comunidades originárias das áreas abrangidas pelo estudo, privadas da possibilidade de manutenção de suas vidas em seus tekoha de pertencimento, fez com que, mais de uma vez, se organizassem coletivamente e levassem a cabo iniciativas de reocupação da terra, com consequências extremamente violentas: perda de vidas, espancamentos e ferimentos por arma de fogo.

O documento publicado no Diário Oficial da União identifica, no interior da área, 46 fazendas pertencentes a não-índios e aponta a degradação ambiental como “constatação evidente”: “A atividade agropecuária, com base na criação extensiva e na monocultura para comércio e exportação, provocou o quase total desmatamento do cone sul do estado.”

A aprovação e publicação do resumo do estudo é uma das etapas obrigatórias no processo de reconhecimento de terras indígenas. Depois disso, abre-se um prazo de 90 dias para questionamentos (que podem vir, inclusive, das próprias comunidades indígenas).

Durante esse período, os não-indígenas que residem ou tenham propriedades dentro da área em questão devem apresentar toda a documentação necessária para comprovar a regularidade da posse, caso julguem ter direito a indenizações. Encerrada essa etapa, a Funai tem 60 dias para entregar

o processo ao Ministério da Justiça, responsável por publicar a portaria declarando a área como terra indígena.

Na página da Funai na internet, a fase do processo em que se encontra a TI Iguatemipegua I indica apenas “delimitada”, ou seja, a área passou pela primeira etapa da regularização fundiária de terras indígenas tradicionalmente ocupadas (o estudo de identificação e a delimitação), a cargo do órgão indigenista. No banco de dados do Instituto Socioambiental (ISA), a TI Iguatemipegua I está na lista de “Terras Identificadas, aprovadas pelo presidente da Funai sujeitas a contestações”.

Em teoria, o processo todo deveria durar, no máximo, 150 dias, como explicitado acima, antes de ser repassado ao Ministério da Justiça para declaração dos limites da área ou desaprovação dos estudos de identificação. Já se passaram mais de três anos.

Em resposta a uma solicitação feita através do Serviço de Informações ao Cidadão, garantido pela Lei de Acesso à Informação, a Funai, por meio de sua Diretoria de Proteção Territorial (DPT), afirma que “a TI Iguatemipegua I encontra-se em fase de resposta às contestações, o que não se configura paralisação do respectivo procedimento administrativo de regularização fundiária.”

O órgão explica que, atualmente, a Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação (CGID/DPT), responsável pela análise e resposta às 16 contestações apresentadas, conta com “um aumento exponencial do número de contestações em diversas outras terras indígenas.” Dada a complexidade do trabalho e o número insuficiente de técnicos lotados na CGID, o cumprimento dos prazos estabelecidos fica comprometido. No ofício, a Funai atesta que a análise das contestações da referida TI está prevista para acontecer ainda em 2016.

Quando chegou à aldeia Limão Verde, dona Helena recebeu, do capitão da aldeia, um pedacinho de terra para viver e plantar até que pudessem retornar ao tekoha, mas não foi muito bem recebida pelos vizinhos. “Pra arrumar um lugarzinho, nós brigamo com o pessoal daqui. Eu briguei pra plantar, entrei num lugar e os vizinhos: ‘Ahhh, não pode, você faz barraco’, já saíram com a foice e o facão, porque eles não gosta de povo estranho. Por isso que nós pelejamo pra voltar pro nosso tekoha.”

Limão Verde é uma das 37 reservas indígenas do país – terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União que se destinam à posse permanente dos povos indígenas – e, oficialmente, ocupa uma área de 668 hectares. Dados de 2010 da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) registram uma população de 1203 indígenas das etnias guarani e kaiowá.

Sua criação data de 1984, no contexto da política da “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas, que tinha como objetivo povoar o interior do Brasil e facilitar a instalação de empreendimentos agropecuários por migrantes em espaços originalmente ocupados por indígenas kaiowá e guarani. Oito reservas foram criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), Limão Verde entre elas, com o intuito de receber os indígenas que foram obrigados a abandonar o amplo território que ocupavam para estabelecimento dos colonos. O confinamento nas reservas foi uma estratégia governamental para submeter esses povos aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas e teve consequências bastante sérias. A vida em reserva é extremamente tensa ainda hoje, e um dos motivos, além da limitação de espaço causada pelo inchaço populacional, é a junção de etnias que possuem organizações sociais distintas.

Um dos filhos de dona Helena foi morto no dia 2 de novembro, há uns cinco ou seis anos, ela já não sabe bem. “Por causa minha, por minha culpa. Porque eu falo, qualquer lugar, eu não tenho medo. Eu tenho minha reza na ponta da língua. Ninguém segura. O que eu falo, eu falo. O fazendeiro já me ameaçaram. Já mataram meu filho e meu sobrinho. Eu falei, não tenho medo. Pode me matar, ele vai morrer também. Nós, antigamente, tinha medo do branco. Agora não tem mais.”

Toda a bravura não impede que dona Helena caminhe triste pela vida. A irmã, Neusa Gonçalves, diz que não quer mais lembrar. Mas ela, sim. Quer levar a perícia até Mbarakay e mostrar o cemitério de seus ancestrais kaiowá. A mãe, que chegou muda e sorridente, começa a recitar uma lista de nomes em guarani, a voz rouca, grossa e devagar. Não fala português, mas, aparentemente, o entende. Dona Helena segue em seu tom de voz estridente, e a mãe segue listando nomes. São antigos moradores do tekoha, os que estão enterrados lá. Dona Nérsia continua recitando, como se fosse uma oração, e a filha continua repetindo.

Dona Helena desconta a frustração e a energia como pode. O telefone toca três vezes, e quem quer que esteja do outro lado da linha recebe como resposta berros e brados em guarani. Na terceira, quando o toque do aparelho interrompe dona Helena em seu depoimento exaltado, ela se levanta prontamente dizendo “Ôôô, meu Deus!”. A mãe solta uma risadinha ao meu lado. Minutos depois, o homem do picolé chega em sua motocicleta, e ao menor sinal de desaceleração do motor, ela estala os lábios e grita, em tom de resmungo: “Não!”. Sua linha de raciocínio nunca se quebra, não importa quantas forem as intervenções. A minha, infelizmente, sim.

A kaiowá coleciona histórias de resistência: suas, dos ou-

tros, de gente que nem conhece. Acompanhá-la é difícil. Não existe constrangimento ao admitir que, durante trechos inteiros da entrevista, eu não tenho a menor ideia de o que dona Helena está me contando. Além da limitação de seu vocabulário em português, que faz com que ela use o pronome “ele” para se referir a diversas pessoas diferentes, presumo que, na ânsia de compartilhar suas memórias, dona Helena se esqueça de me contextualizar às vezes – corta os contos pela metade e poupa maiores explicações como se toda a sua história já me fosse familiar.

“Por que que o branco é mais forte? Tem deputado, vereador, senador, governador, tudo apoiando lá. Que é rico, tem dinheiro. Mas nós não tem. Índio é os catinguento, mas chega eleição e vão precisar do catinguento. Chega dia de política, eles vêm e fala pra nós: ‘Espera mais dez anos.’ O que que eu vou fazer pra esperar mais dez anos?”, ela pergunta como se verdadeiramente me suplicasse uma resposta.

Dona Helena conta que agosto é o mês em que se começava a plantar – milho, abóbora, tudo. Agora, essas coisas se compram na cidade. A terra de Limão Verde não dá muita coisa e o pequeno espaço, dado de favor, gera conflito entre os originários daquela aldeia e os “estrangeiros” em tekoha alheio. “Às vezes, nós passemos de tererê. Sorte que os adulto toma tererê no lugar do café. O branco, não. O branco, se não toma café, vixi, já tá fraco. Se acabou a nossa erva, nós procuramo na casa dos outros, é assim que nós vivemo aqui. Eu briguei pra plantar aqui porque sou a chefe da minha comunidade. Qualquer coisa, é só chegar aqui, não tenho medo.”

Como se precisasse explicar por que tanto dedicam suas vidas para retornar ao lugar de origem, dona Helena me diz: “A terra é a mãe. A nossa mãe. Nós sabemos onde é nosso tekoha,

ninguém falou pra nós. Os fazendeiro falam que o CIMI [Conselho Indigenista Missionário] que dá dinheiro pra nós ir invadir a terra. Isso aí é só pra jogar em cima dos outros a culpa. Era nossa roça, onde nós pegava água, pescava, nós sabemos tudo lá. E o fazendeiro não sabe, fala que é dele. Mas não é. Guarani kaiowá sabe o lugar dele. Igual a senhora, o seu tekoha é... esqueci, qual que é o nome mesmo? Florianópolis, lá é seu tekoha. Você conhece tudo lá, igual também nós aqui.”

Os cinco irmãos e irmãs vivos de dona Helena moram todos em Limão Verde. Eram 12. Tem cinco filhos e criou um neto; são 15, no total. Ainda não é aposentada e era cadastrada no Bolsa Família, mas o benefício foi cancelado – os netos não estão na escola. Tem “só pra comer”, mas vai reclamar pra quem?

Dona Helena fez até a terceira série e voltou a estudar por um tempo depois de adulta. Não conseguiu terminar o Ensino Médio, mas escreve, lê, se vira. O problema maior, diz ela, está nos “olho”. De perto, enxerga bem. De longe, tudo brilha.

A voz alta e estridente, a memória afiada e a personalidade contestadora e combativa são seus instrumentos de batalha. Mas dona Helena também sabe ser doce. Me recebe por duas vezes em sua casa (que é só casa, não tekoha), com grandes sorrisos marcando a pele já bastante marcada pelo tempo e pela própria história.

No pequeno espaço disputado que possui em Limão Verde, a kaiowá planta banana, batata, mandioca e melancia, mas ultimamente não tem semente. “E não dá pra comprar?”, pergunto. “Se tem dinheiro, dá”, responde. Seus dias se resumem a cuidar dessa roça. Quando não está plantando, dona Helena faz artesanato e costura roupas pequeninas com pedaços de tecido que acha no lixo. O que consegue vender ajuda na renda mensal, que se resume à pensão que recebe do Instituto Nacio-

nal do Seguro Social (INSS) pelo filho que morreu.

Casou-se, pela primeira vez, aos 11 anos. O primeiro filho veio aos 12. Teve dois maridos. Não, dois não, três. “Um eu peguei e fiquei só quase um ano e larguei. Era muito malandro.” Com o último, vive desde 2008. É adepta da religião tradicional dos kaiowá e da medicina caseira. Faz ela mesma os próprios remédios. A tremedeira que permaneceu por dois meses depois do tiroteio em Mbarakay, ela curou com reza. A matriarca quase centenária, dona Nérsia, costura, limpa, varre a casa. As duas filhas, Helena e Neusa, se revezam para ajudar em sua alimentação. “Tá muito velha já, não tem mais força. Coitada da minha mãe, tá viva.”

O dia em que finalmente voltar à Mbarakay já passou, obviamente, muitas e muitas vezes pela imaginação de dona Helena. A preocupação primária é o alimento, por isso, a lista de itens a serem cultivados já está definida: batata, mandioca, milho, abóbora, arroz e feijão. Mas a indígena não se atreve a sonhar muito além disso. “Será que vai acontecer de nós? O Deus que sabe. Vamo pedir pro Deus. Tem que esperar... mas não é também muito tempo”, completa, rindo, como quem se desculpa com o ente superior, que também deve saber que toda paciência tem limite.

E dona Helena já esperou demais.

CAPÍTULO DOIS

A NETA DE NÍSIO TEM NOME

Antes de morrer, o cacique Nísio Gomes pediu à sua comunidade: “Não deixem esse lugar. Cuidem com coragem essa terra. Cuidem bem de minha neta e de todas as crianças.” A liderança kaiowá foi assassinada na manhã de 18 de novembro de 2011 por um grupo de 40 pistoleiros que invadiu o acampamento tekoha Guaiviry, em Aral Moreira (MS), na fronteira do Brasil com o Paraguai. Seu corpo sem vida foi levado pra nunca mais ser visto. A neta de quem ele fala é Jhonn Nara Gomes, hoje com 16 anos. Nísio seguramente sabia que ela representaria a continuação e a revitalização da luta a que dedicou sua vida e morte, e por isso pediu que zelassem por ela. Mas a verdade é que Jhonn Nara não precisa de alguém que a proteja.

Nascida em Amambai (MS), foi criada pelos avós desde os dois anos, porque a mãe não tinha condições de mantê-la. “Eles lutavam pela terra e eu já lutava também pelo Guaiviry.

Nasci na luta, cresci na luta e vou continuar vivendo na luta, por causa dos meus avós.”

Guaiviry é um acampamento indígena kaiowá. A retomada da terra originária teve início em 1º de novembro de 2011. Antes disso, o grupo de cerca de 280 pessoas vivia acampado à beira da rodovia estadual MS-386, que corta a cidade de Amambai e margeia a aldeia de mesmo nome. “Os meus avós faziam documentos, enviava pra Funai, pra Brasília, e eles falavam: ‘Espera, a gente vai demarcar suas terras.’ E meu avô tava cansado de enrolação, porque ele tinha muita família e tava faltando espaço.” Então, decidiram realizar a reocupação como forma de pressão e lá permanecem até hoje.

Atualmente, Jhonn Nara vive com uma tia no acampamento, mas sob responsabilidade do tio, que assumiu a liderança do grupo. Conta o número de irmãos nos dedos: são cinco, quatro ainda moram com a mãe, na aldeia Amambai, e o mais velho está com ela, no Guaiviry. A avó faleceu de doença quando ela tinha uns seis anos, não lembra bem. “Foi os dois que me ensinaram tudo que eu sei da luta. E a coisa mais importante foi que, quando você entra na luta, é pra nunca mais desistir, né. Nós que somos os netos que sobramos do Nísio aprendemos isso. Ele era liderança, agora temos que continuar o trabalho dele.”

Expulsos da área em nome da expansão agropecuária da década de 1960 e colocados em reservas criadas com esse propósito (como as aldeias Amambai e Limão Verde), os indígenas reivindicam a demarcação de Guaiviry desde 2004. Em 2007, a terra foi uma das áreas incluídas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Funai, com o objetivo de dar andamento aos estudos de identificação e delimitação de diversos territórios pertencen-



JHONN NARA, NO CENTRO DA FOTO, E OS IRMÃOS, NA
CASA DA MÃE, EM AMAMBAI



centes ao povo guarani kaiowá no MS. De acordo com o MPF, o estudo da terra de Guaiviry pela Funai foi concluído em 2013, mas o relatório ainda não foi publicado, o que impede o seguimento do processo demarcatório.

Jorge Pereira da Silva, chefe da Coordenação Técnica Local (CTL) da Funai em Amambai, afirma que, na verdade, os laudos foram mal feitos e houve falta de proatividade do órgão para constituir um novo grupo técnico. “Eles podiam ter devolvido, pedido outro, constituído outro grupo técnico, mas essas coisas são morosas, então o processo tá emperrado. São relatórios lacônicos.”

Depois de três anos esperando a publicação do estudo, o grupo resolveu continuar pressionando: realizou a segunda retomada, avançando a ocupação e tomando áreas de mais duas fazendas. Atualmente, são três propriedades tomadas (Três Poderes, Água Branca e Querência Nativa), o que representa uma área de 1100 hectares.

Quando o avô foi morto, havia sangue espalhado por todo lado. “Os polícia foram lá e falaram que o sangue era de um sapo. Foi desse jeito que eles falaram.” O irmão mais velho de Jhonn Nara viu o momento do assassinato. Como lembrança desse dia, ele guarda uma cicatriz de bala de borracha no nariz. “Foi os pistoleiros, mas na verdade meu irmão falou que aqueles eram polícia federal mesmo. Por isso, a gente não gosta nem um pouquinho de polícia.”

Em 2012, o MPF/MS denunciou 19 pessoas pelo homicídio de Nísio, entre elas fazendeiros, advogados, o presidente do sindicato rural e secretário municipal de Obras de Aral Moreira, e proprietários e funcionários de uma empresa de segurança privada. O grupo foi coordenado por um ex-policial. Depois de pouco tempo presas, 12 pessoas foram soltas. A de-

núncia foi acatada pela Justiça Federal de Ponta Porã (MS) e ainda está em processo.

Em 2015, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) suspendeu uma liminar que concedia mandado de reintegração de posse de uma das fazendas ocupadas pelo grupo indígena. O órgão determinou o recolhimento da ordem até a finalização dos estudos demarcatórios, quando houver certeza sobre a legitimidade da posse das terras. Ou seja, a comunidade indígena de Guaiviry pode legalmente permanecer nas terras retomadas até que o relatório da Funai seja publicado.

Jhonn Nara diz que a maior dificuldade no acampamento é a de alimentação, quando “não vai a cesta”, apesar de conseguirem plantar mandioca e grande parte das famílias receber o benefício do Bolsa Família. A indígena cursa o nono ano na escola e tem aula todos os dias de manhã. À tarde, vai à casa do tio para conversar sobre a comunidade e tomar tereré. Gosta de realizar tarefas domésticas, como lavar a louça e pegar água no córrego.

Seu papel no acampamento é o de representante dos jovens. Participa de todas as reuniões possíveis (Conselho de Jovens, onde discutem a questão da terra, encontro de professores, de rezadores e também do Aty Guasu, a grande assembleia dos povos guarani kaiowá) e, geralmente, é a pessoa mais nova presente nesses espaços.

As noites culturais são compromissos fixos em sua agenda. Nas quartas, o evento é realizado pelos alunos. Nas sextas, pela comunidade. Para a ocasião, produzem a chicha, bebida fermentada à base de milho e outros cereais tradicional dos povos indígenas da América Latina desde a época do Império Inca. A chicha fica armazenada por cerca de oito dias em um recipiente antes de ser bebida nas noites culturais. Há música,

dança e a presença dos mais velhos, rezadores, que repassam as tradições às novas gerações.

Igreja “de branco” não existe no Guaiviry. “Ninguém tentou ainda. Mas meu tio não deixa, por causa que a gente já tem uma casa de reza lá.” A mãe, com os filhos menores, frequenta a Igreja Pentecostal de Jesus Cristo na aldeia Amambai, e Jhonn Nara, às vezes, acaba indo junto, mas é praticante da religião tradicional indígena. “Se você fala uma reza, parece que alguma coisa que tá em você sai. Se tá de mau humor, canta uma reza e parece que já tá bem de novo. Quando olha ao redor, parece que você percebe todas as coisas que tá acontecendo, de bom e de ruim.”

A adolescente não faz tudo que os amigos fazem. Em Amambai, “as pessoas saem muito pra festa à noite, mas eu não. Só se eu for convidada e se minha mãe deixar, claro.” No Guaiviry, sim, sai à hora que quiser, volta à hora que quiser. “Lá não tem perigo, não. Não tem polícia à noite pra bater em você.” À cidade, ela não vai de jeito nenhum. “Nós que somo da retomada não dá pra ir. Tem muito pistoleiro, fazendeiro, e nós que tomamos a frente da luta somo muito ameaçado.”

Jhonn Nara já foi avisada duas vezes. Primeiro, por mensagem no celular. Trocou de número. Depois, por uma rede social. “Um desconhecido disse que ia me matar, que ia me atropelar com o carro, que eu não podia andar na rua. Lá no Guaiviry, cada dia quando acorda a gente já dá abraço nos tios e primos, porque é bem perto da estrada e tem muita ameaça, desde que meu avô foi morto até agora.” Entregou tudo que recebeu ao advogado Luiz Henrique Eloy, indígena da tribo terena que trabalha no Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em Campo Grande. “Ele é advogado do guarani kaiowá por enquanto, até ter alguém do nosso povo que se forme. Pode até

ser eu”, brinca.

Isso tudo sem falar das viagens. Depois que foi convidada a participar do júri infantil do Prêmio das Crianças do Mundo (*World's Children's Prize*, WCP, em inglês), seus compromissos fora da retomada cruzaram fronteiras mais distantes. Sua primeira colaboração foi em 2014, quando viajou para Estocolmo, capital da Suécia (país responsável pela fundação em que se insere o Prêmio e que leva o mesmo nome).

Foi convidada por Christiane Sampaio, coordenadora do WCP no Brasil. “Fui indicada pelo meu professor da aldeia e pelas lideranças do Aty Guasu. Me chamaram pra participar porque, em primeiro lugar, eu era da retomada, e eu era a mais experiente da minha aldeia. Como eu viajava muito pelas aldeias e cidades, eu sabia a situação das pessoas, né, como elas tão vivendo, se tão sofrendo, sendo abusada.”

E por que ela se considera a mais experiente de seu grupo? “Por causa que eu saio mais, né. Em cada reunião, eu tô vendo mais o meu povo, todo lugar que eu vou. Acho que eu nasci pra ser assim mesmo.” No júri, Jhonn Nara representa as crianças e adolescentes de toda a América Latina, indígenas e não-indígenas.

O Prêmio das Crianças do Mundo é uma iniciativa baseada na Convenção da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), que visa envolver meninas e meninos ao redor do planeta em discussões relacionadas aos direitos das crianças e adolescentes, democracia, participação e mobilização social em contexto local e global. É a mais prestigiosa honraria concedida a pessoas que contribuíram expressivamente com os direitos da criança, e o único programa regular para implementação da Convenção da Criança em escolas.

Os candidatos ao Prêmio são inicialmente indicados por

organizações, escolas, crianças e adolescentes de 110 países. O júri infantil elege, então, formalmente, os três concorrentes anuais dentre todos os indicados. O Prêmio é decidido através de uma votação mundial, também responsabilidade das crianças do júri em seus respectivos países. Com o apoio de seus educadores, os jurados apresentam, em suas escolas, os concorrentes, suas histórias de vida e as histórias das crianças por quem eles lutam, além de promover discussões sobre os direitos da criança e a democracia.

Todo o processo, que acontece em quase 60 mil escolas pelo mundo e atinge mais de 27 milhões de meninas e meninos, é conduzido pelas crianças. São espalhadas urnas e cédulas oficiais, que depois são encaminhadas à central organizadora, na Suécia. Com os votos somados, tem-se a escolha do herói ou heroína. A ideia é que crianças e jovens realizem, eles próprios, as eleições, aprendendo na prática como funciona um processo democrático.

Cada jurado é, portanto, responsável pelo pleito nas escolas do lugar onde vive. “A votação tem que acontecer tudo no mesmo dia em todos os lugares do mundo. Aqui, quando aconteceu a votação no mundo, era pra ser na escola da aldeia Amambai, mas eu não consegui fazer a tempo porque tinha uma outra viagem marcada aquele dia.” A jovem iria à Argentina participar de uma assembleia do povo guarani de lá. No Brasil, então, a votação foi realizada em escolas de outros estados, organizada por Christiane Sampaio.

Por isso, seu trabalho é visitar as escolas, ouvir crianças e jovens de sete a 21 anos e orientá-los através de palestras. “Tenho que entrevistar as meninas e os meninos, principalmente as meninas porque estão sendo muito violados os direitos da mulher e da adolescente. Tipo, porque tem muito estupro, vio-

lência no casamento e tudo isso eu tenho que analisar em cada aldeia e em cada cidade. Aí tem que viajar sempre.”

Pelo Prêmio das Crianças do Mundo, já foi a São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, além da viagem à Suécia em 2014 – em 2015, não pode comparecer à cerimônia, mas acredita poder ir este ano. O júri é permanente, o que significa que Jhonn Nara deverá participar de todas as edições anuais do Prêmio até completar 18 anos, quando, então, se tornará patronesse – uma Adulta Amiga Honorária das Crianças.

A fundação que organiza o Prêmio recebe recursos de várias organizações suecas e internacionais, e é especialmente apoiada pela Rainha Silvia da Suécia, que participa presencialmente das cerimônias de premiação e é reconhecidamente engajada em projetos de defesa do direito das crianças contra a pobreza e o abuso sexual.

Antes de ir a Estocolmo, Jhonn Nara nunca tinha feito uma viagem tão longa. “Quando entrei naquele voo lá, senti um pouco de medo.” Foi acompanhada de Lisiane Lecznieski, doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que atuou como tradutora, porque Jhonn Nara não falava inglês. Depois que voltou ao Brasil, frequentou um curso do idioma por um ano pago pela fundação responsável pelo Prêmio. “Mas ainda só sei falar um pouco...”, adianta, rindo.

Na Suécia, conheceu crianças de muitos lugares do mundo: Japão, Nepal, Índia, Reino Unido, Israel, Congo, Moçambique, Canadá, Filipinas, Síria, Palestina, Paquistão, Estados Unidos. Comunicava-se com a ajuda da tradutora, que não saía do seu lado. “Mas eu não era a única, os outros também levavam tradutor”, defende-se. Naquele ano, eram 14 jurados, mas uma não pode comparecer à cerimônia. A viagem durou

em torno de duas semanas.

Na edição de 2014, os três concorrentes ao Prêmio eram John Wood (EUA), Indira Ranamagar (Nepal) e Malala Yousafzai (Paquistão), vencedora do WCP daquele ano e, mais tarde, do Nobel da Paz. A única criança brasileira presente na cerimônia se apresentou em guarani, dizendo: “Represento crianças que foram abusadas e crianças indígenas que têm seus direitos violados devido à discriminação e à degradação ambiental.”

Jhonn Nara afirma que os europeus demonstraram surpresa ao ouvir seu relato sobre a realidade indígena no Brasil. “O que chega até eles é que os indígenas possuem terra suficiente e que o governo se empenha em resolver essa questão. Mas eu não fui pra Suécia só pra conhecer um castelo. Fui falar sobre a nossa situação.”

Todos os anos, dois jurados fazem o papel de acompanhantes da rainha durante a cerimônia de premiação. Jhonn Nara e Manchala Darji, do Nepal, foram as escolhidas para desempenhar essa função naquela ocasião. Deveriam entrar no salão ao lado dela, levá-la até sua cadeira e depois juntar-se aos outros jurados.

Jhonn Nara tem história pra contar sobre esse momento. “Aquele hora foi um pouco de piada também. Eu prestava muita atenção nas pessoas que falavam inglês, perguntava pra tradutora e ela falava pra mim, daí eu fui aprendendo umas coisas. A outra guria, ela não sabia falar inglês nem português. E ela tava com sede, e falava pra mim mas eu não entendia. Até que eu perguntei em português, meio sem paciência: ‘Que que você quer, guria?!’. Aí a rainha virou e falou: ‘Que que ela quer?’, e eu me assustei, fiquei toda vermelha, não sabia que ela falava português”, explica, rindo.

A indígena teve oportunidade de conversar com a rei-

nha, que morou no Brasil por cerca de dez anos, e foi apresentada aos filhos da monarca. “Tirei até foto do lado dela.” Na fotografia oficial da premiação, Jhonn Nara aparece, sorridente, entre a rainha Silvia e Malala, junto aos outros concorrentes e jurados. O evento teve a participação de mais de cinco mil pessoas. “Se eu não fosse tão acostumada, iria desmaiar, eu acho. Tinha muita gente”, comenta, divertida.

Jhonn Nara passeou bastante por Estocolmo e achou o lugar “até bonito.” “Um pouco. Mas é muito silêncio também. Tipo assim, parecia cidade dos zumbis, era muito silencioso mesmo”, ri. “Aqui no Brasil não é assim, quando você vai no São Paulo é muito barulhento. Lá não, as pessoas passam bem quietinho, não tem nem buzina do carro.” Mas o silêncio não a incomodou. Entre lá e aqui, acha que prefere lá. “Foi uma coisa boa, porque minha audição se acostumou com o silêncio desde que eu mudei pro Guaiviry. Quando você acorda, só ouve os cantos dos passarinho.”

A kaiowá foi muito bem tratada durante a viagem. “Me deram até uma boneca pra eu brincar, mas eu que não era muito de brincar de boneca.” Fez amizade com todas as crianças do júri, mas o que mais gostava de conversar com ela era Ndale Nyengela, do Congo. Com alguns, ainda mantém contato pelas redes sociais.

A ida à Suécia não só a abriu para um grande novo mundo – também a ensinou que os jovens não são todos iguais, como ela achava que eram. “Eu pensava que todos os jovens eram iguais a mim, que pensava em lutar, no melhor do seu povo, em defender seu povo. Na verdade, não é isso.” Jhonn Nara, então, manifesta sua frustração em relação aos adolescentes companheiros de aldeia, especialmente os que vivem na Amambai. “Não dá pra conversar com um jovem daqui como a

gente tá conversando, compartilhar as coisas, porque as pessoas daqui só pensam em beber, fumar, escutar música, sair por aí se batendo com os outros.”

Ela explica que, nas áreas já asseguradas como aldeias ou terras indígenas, os jovens não se interessam pela resistência. “Não tem ninguém que quer entrar na luta e não desistir. Agora mesmo, se você ir lá na escola, só vai ver a gurizada dançando forró, treinando música, que na verdade não é cultura indígena, é cultura do branco. Eles não valorizam mais a própria cultura. Mas lá no Guaiviry, não.”

Os jovens que vivem na retomada, segundo Jhonn Nara, se preocupam em fortalecer a cultura tradicional indígena. “É claro que a gente faz algumas coisas também, tipo treinar pra festa junina, por exemplo, mas tem que ser igual, né. Tem que igualar as duas.” A indígena, particularmente, cultiva uma certa apreensão quanto ao avanço da cultura não-indígena na rotina dos jovens que vivem nas aldeias. “Porque os rezadores já tão tudo velho, né. Daqui uns anos, eles que sabem de tudo não vai mais estar vivo. Enquanto isso, os jovens lá valorizando mais a outra cultura, e quando eles quiserem saber da sua cultura já vai ser tarde demais. A reza vai acabar.” É isso que os jovens do Guaiviry se esforçam para evitar.

O fone de ouvido branco está enrolado no pescoço, junto aos outros colares que carrega. Jhonn Nara gosta muito de música. E admite que ouve “música de branco” também, como forró e sertanejo. “Escutar, todo mundo escuta, mas não dou muito valor. Tipo assim, eu sou diferente. Quando eu tô no meio das pessoas que valoriza mais a cultura do branco e tudo que é do branco, eu finjo que eu também sou assim.” A afirmação me pega de surpresa, mas espero até que ela continue.

“Eu finjo, finjo. Mesmo que eu não sendo essa pessoa

que eles pensam, eu finjo que sou. Eu disfarço tudo. Se eu estiver na igreja, eu também sou filha de Deus, sei lá, também sou evangélica.” Pergunto, claro, por quê. “Pra não deixar as pessoas zangadas. Porque, se você não fingir algumas coisas, eles zombam em você. Falam coisas que nem devem falar.”

No Guaiviry, costuma-se jogar futebol, mas, desde que passaram a levar a própria cultura mais a sério, os jovens incluíram a prática do arco e flecha e o arremesso de lança em suas atividades desportivas. Quando falamos de leitura, a voz sobe dois tons em empolgação. Gosta muito de histórias em quadrinhos, mas não tem livro favorito. Adora ler sobre a história, “porque é na história que fala da realidade, do passado. Se você começar a ler, estudar, entrevistar o mais velho, parece que você volta lá no passado e tá viajando.”

Jhonn Nara surpreende, mais uma vez, quando diz que também gosta das histórias dos contos de fadas. A preferida é a da Branca de Neve. Nesse momento, uma das irmãs mais novas se mete na conversa, como se a menção à princesa lhe tivesse chamado. “Ai, eu adoro”, diz, com voz de suspiro. Por quê? “Porque ela é romântica!”, responde. Jhonn Nara ri e faz seu papel de irmã mais velha, debochando: “Até parece! Eu não sei por que gosto dela”, termina, dando de ombros.

Como não podia deixar de ser, ela também gosta das narrativas tradicionais indígenas, como a que conta a história do arco-íris e a de como nasceu o coco. Filmes, assiste às vezes. O único do qual consegue se lembrar é o do desenho animado Tom & Jerry, porque “é engraçado demais”, justifica, rindo só de recordar.

A maioria de seus amigos é da luta, assim como ela, mas diz que “também tenho muitos amigos na aldeia Amambai”, e em seguida ri, ao dar-se conta do que falou. “Eles não se inte-

ressam em nada aqui na Amambai. Tem alguns ainda que se interessam, mas não são apoiados pelos pais, entendeu? Na verdade, eles xingam quem tá na retomada. Eles falam: ‘Ah, por que eles foram retomar a terra dos fazendeiros?’. E a terra não é dos fazendeiros, né. Eles criticam mesmo.”

Jhonn Nara acredita que o motivo seja a proximidade da aldeia com o meio urbano, mas também os próprios professores da escola da aldeia. “Eles têm contato com os fazendeiros, pegam dinheiro pra, tipo assim, eles fecharem mesmo os olhos dos aluno, pra que eles não possam enxergar como que viveu seu passado, que a terra é vida, que a terra é sagrada e que nós, indígenas, a gente precisa da terra.”

Os professores brancos também são culpados, em sua opinião, pela discriminação, principalmente contra as mulheres. “Em vez de incentivar a continuar os estudo e fazer faculdade, eles só discriminam, pra fazer desistir mesmo. Mais ainda quando tão grávidas. Mesmo sendo estudante, a mulher não é valorizada. Sempre desprezada.”

Como quase qualquer adolescente nessa idade, ainda não sabe qual profissão seguir. Jhonn Nara pensa em fazer faculdade de Direito ou, se não, de Jornalismo. “Pra ajudar mais meu povo, pra publicar mais o que é verdade, né. Quando eu vejo a notícia, eles tiram uma imagem de indígena e publicam invertendo todas as coisas.” Acompanha o noticiário quando pode, mas diz, com certeza, que A Gazeta, principal portal de notícias de Amambai e região, “gosta de mentir”.

A princípio, afirma ter somente essas duas opções, mas o irmão mais novo a delata: “Ela me disse que quer ser professora.” A versão logo é desmentida com um rápido e simples “Não, os aluno dá muita dor de cabeça.” De qualquer forma, arregala os olhos em espanto quando pergunto se é casada e

responde enfaticamente: “Não! Não, não, não. Tô estudando ainda. Não quero, muito cedo. O estudo que é meu namorado.”

Se for fazer Direito, quer ser advogada, porque, no Guai-viry, não há ninguém com essa formação ainda. E nem em Jornalismo, porque a maioria se forma professor. Apesar das escolhas, a matéria preferida na escola é Matemática, porque “parece que mexe mais com a sua mente”. O irmão menor quer ser soldado. A irmã, “doutora”.

Filhos, não sabe se os quer. “É difícil. Acho que, se Deus falar, eu vou ter. Mas da minha parte, prefiro ficar assim mesmo, que eu viajo muito.” Sonha em conhecer outros muitos países ainda. Pergunto, então, o que as viagens que fez mudaram em sua vida. “O que eu aprendi mesmo é que, tipo assim, quando outras pessoa tipo zomba em você, você não precisa ficar brabo por isso, não precisa ficar ofendido. Se aconteceu isso hoje, amanhã pode ser um bom dia. Amanhã você tem que pensar que vai mudar, vai ser outro dia.”

Seus maiores exemplos são pessoas comuns que ela cita pelo nome. A Agda, o Luiz, o Anderson, o Erick. Nomes sem complemento e sem sobrenome que não me dizem nada, mas dizem a ela, e isso é suficiente. “A gente senta e conversa sobre o futuro, não pensa só no dia de amanhã, pensa no futuro mesmo.”

Jhonn Nara não se considera uma adolescente de 15 anos como as outras. Esse seria, obviamente, o diagnóstico de qualquer pessoa que soubesse superficialmente sobre sua história e sua luta. Durante toda a entrevista, permaneci, sem querer, tentando encontrar uma Jhonn Nara que só parecesse uma adolescente, nada mais do que isso. E ela apareceu algumas vezes. No fone de ouvido pendurado ao pescoço. Nos “tipo assim”. Na Branca de Neve. Nas zombarias com os irmãos. No

chamar pela mãe resmungado e dengoso.

Na insistência em repetir: “Eu nasci na luta, cresci na luta, vou casar na luta, ter filho na luta e vou morrer na luta.” Como se alguém duvidasse. Como se tivesse que provar alguma coisa.

Jhonn Nara é, naturalmente, muitas vezes conhecida apenas como “a neta do Nísio”. E a neta de Nísio certamente deve muito ao avô. Mas merece ser chamada pelo próprio nome.

CAPÍTULO TRÊS

ENTRE A CRUZ E O ESTETOSCÓPIO

Crescência mantém um sorriso enquanto fala. Lembra com carinho da primeira vez em que ajudou a trazer uma criança ao mundo, há uns cinco anos atrás. Recebeu a ligação quando estava no plantão, mas a única ambulância disponível estava em outra aldeia, demoraria a chegar. Na época, ainda nem tinha formação técnica. Mas a vida não espera nunca, nem mesmo na hora de nascer, e naquela noite não foi diferente: ela não quis saber se Crescência tinha sido ou não preparada, se tinha ou não os conhecimentos necessários; a vida só queria acontecer, passar para o lado de fora.

Tudo que a agente de saúde levou consigo foi uma lanterna para iluminar o caminho. Com a ajuda do marido da gestante e contando, naquele momento, apenas com a luz de uma vela, as mãos trêmulas e sem saber absolutamente o que estava fazendo, ela atendeu ao chamado insistente da vida. E, teimo-



A BISAVÓ DE CRESCÊNCIA, LEONORA VASQUES, CHAMADA
DE MINOCA, HOJE COM 108 ANOS

sa, veio tão afobada que do ventre foi direto ao chão, rolando na terra. “Imagina, se eu soubesse, tinha colocado uma coberta embaixo. Mandei pra ambulância com terra e tudo”, diverte-se.

O médico de plantão, já no hospital, esbravejou quando viu o recém-nascido. “Quem que fez esse parto?!", ele perguntou. Era eu”, confessa, em tom de criança que sabe que fez traquinagem. Em seguida, veio o choro. Será que havia matado a criança? Será que pegou tétano, não foi terra no olho? Tremia, tremia. Mas, não. De tão teimosa, a vida veio e ficou, com terra e tudo.

Crescência Martins trabalhou por dez anos como agente de saúde na aldeia Amambai, na cidade do sudoeste do Mato Grosso do Sul que leva o mesmo nome. Sua função era fazer visitas às casas, diagnóstico de doenças e, principalmente, fornecer orientação – realizar partos nunca esteve nesta lista, até porque os agentes de saúde não recebem capacitação para isso. Há dois anos, formou-se no curso técnico de Enfermagem e hoje trabalha em um dos dois postos de saúde da aldeia, no setor de farmácia.

Tornou-se agente de saúde por incentivo da comunidade. “O pessoal falou: ‘Por que você não faz a seletiva?’. Falei: ‘Vou fazer.’” Na época, tinha 20 anos. Por ainda estar na escola, Crescência tinha uma base maior para responder às questões do processo seletivo e, além disso, falava muito bem o português, porque sempre estudou na cidade.

Depois de aprovada, recebeu “cursinhos” para aprender a pesar, a diagnosticar quando há tosse e outras coisas, mas nenhuma capacitação técnica. “É só um treinamentozinho. Eu acho que deveria ter [capacitação]. A gente foi uma vez pra uma reunião de agentes de saúde em Brasília e, nisso, eu questionei que deveria ter um curso técnico pro agente de saúde

indígena, pra ter mais noção. Mas a gente vai aprendendo na prática mesmo.”

Seu conhecimento prévio resumia-se ao que havia aprendido nas aulas de Ciências da escola e ao que via na televisão. Mais tarde, ao iniciar o curso técnico de Enfermagem, teve a primeira formação na área da saúde. Desde então, a única nova capacitação formal que recebeu da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão para o qual trabalha, foi para vacinação, porque existia a demanda de alguém que realizasse essa função na aldeia.

Como próximo passo, espera poder graduar-se em Enfermagem, mas “é puxado, porque só tem em Dourados [cidade a 130 quilômetros], aí tem que sair daqui às três da tarde e chegar de volta às três da manhã.” A renda que recebe como agente de saúde é de um salário mínimo mais R\$ 120 de insalubridade (por estar sujeita a contaminações).

Há 11 anos atuando na área da saúde dentro da aldeia Amambai, classificada como reserva e com população de 7126 pessoas, Crescência afirma que os problemas mais recorrentes na comunidade são diarreia, vômito, doenças de pele, problemas respiratórios e hipertensão. A ingestão de água não potável (do rio, por exemplo) e a falta de higiene são as principais causas. “Mesmo orientando, é difícil. Lavar as mãos, ferver a água do rio, a gente sabe que eles não vão fazer isso.” Problemas respiratórios ocorrem principalmente quando há mudanças na temperatura e pelo excesso de poeira, mais frequentemente em crianças.

Além disso, existem ainda muitos casos de desnutrição infantil e algumas ocorrências de diabetes e câncer. Apesar de não ser muito usual, o tipo mais comum é o de útero – em 2015, houve cerca de cinco casos. Crescência diz que, na aldeia,

as pessoas ainda não acreditam que o câncer possa ser fatal, então, geralmente, são bastante resistentes quanto a receber tratamento, como foi o caso da própria prima, que acabou falecendo. “Conseguimos vaga [no hospital] em Dourados e elas dão um jeito de não ir, se escondem quando o carro vai pegar. Aí na hora que tão morrendo, procuram atendimento, mas já é tarde.”

O único motivo pelo qual se conhece o número de casos de câncer de útero é a obrigatoriedade do exame preventivo (chamado de papanicolau) para manter o cadastro no programa do Bolsa Família. A meta da equipe de saúde é conseguir que as pessoas procurem atendimento para prevenir-se e não apenas para tratar-se. “Esse exame, elas fazem só por causa do Bolsa, não porque acham que é importante pra saúde delas.”

A tuberculose é outro ponto sensível entre os moradores da aldeia. Na Amambai, existe a ideia, bastante enraizada, de que a doença é causada pela fome. É comum as famílias receberem o diagnóstico e se recusarem a fazer o tratamento, escondendo-se da equipe de saúde, ou mesmo nem fazerem o exame. “Eles acham que, se der positivo pra tuberculose, a comunidade vai achar que eles passam fome em casa e vai discriminar. Eles têm vergonha.”

A proximidade com a fronteira paraguaia acentua o problema, porque há muitos casos de pessoas que vêm de lá para cá com a doença e contaminam os indígenas. “Às vezes, a gente passa uma semana indo nas casas, vê gente espirrando, implora e não consegue tirar um só escarro pra fazer exame. Temos que quebrar esse bloqueio. Essa doença tem cura e ela tá solta no meio.” Para não perder o tratamento, a equipe de saúde se mobiliza para ir à casa das pessoas infectadas todos os dias de manhã cedo para “dar o remédio na boca”, se for preciso.

Entre as mulheres, os problemas mais comuns são dores crônicas no corpo, por carregar água e lenha ou em decorrência de muitos partos, e os habituais vômito e diarreia. A esta lista, Crescência adiciona outro grande mal: a violência doméstica. Para ela, é difícil denunciar ou sequer falar disso. As oportunidades de trabalho dentro e fora da aldeia são escassas, o que faz com que a mulher torne-se muito dependente do homem, que assume o papel de provedor. Se for vítima de agressão, ela não vai dizer a ninguém. “Às vezes, a gente recebe denúncia, vai lá, conversa e elas dizem que é mentira. Eu falo pra largar do marido, elas dizem: ‘Eu tenho três filho, como eu vou viver?’. Num é fácil, pra mulher indígena é complicado.”

As denúncias geralmente são feitas (quando feitas) às agentes de saúde, mas, na maioria dos casos, incentivo e orientação são tudo o que elas podem oferecer. O medo – de apanhar mais, de não conseguir sustentar a si e aos filhos sozinha – fala mais alto e impede a mulher agredida de seguir adiante com a queixa. A liderança da aldeia, chamada de capitão, tem sua própria milícia – e, portanto, suas próprias leis. “Eu sei que, em tal casa, por exemplo, a mãe sofre algum tipo de violência. E essa é a maior dificuldade, porque o problema não tem solução. Você vai lá, denuncia, o capitão chama, dá um susto, mas o homem volta pra casa pior.”

Todo mês de agosto é lilás pelo combate à violência contra a mulher. Dentro da aldeia, a equipe de saúde realiza mutirões, palestras, teatro, dá orientações, faz brincadeiras. No posto de saúde, não um, mas vários cartazes foram colados nas paredes incentivando a denúncia de casos de violência doméstica. Apesar do esforço, a participação das mulheres da comunidade ainda é tímida. “Se a gente conseguir atingir uma, já é um resultado.” No entanto, Crescência não conhece nenhuma

mulher que já tenha ido até a delegacia prestar queixa. “A gente orienta, mas não acontece.”

Em uma das palestras realizadas, o capitão chamou a atenção das próprias enfermeiras e agentes de saúde que sofrem do problema. “Olha que mico. Ele falou que os enfermeiros têm que parar de bater nas esposas. E as agentes têm que denunciar se tão apanhando. ‘Como que vocês aceitam a violência, sendo exemplo pra comunidade? Que que vocês aceitam apanhar em casa e depois vai falar pro pessoal da área não apanhar?’. A gente já sabe isso de cor. Mas as agentes de saúde não contam quando apanham. Direto chega uma roxa.”

Outro grande problema que Crescência vê na aldeia Amambai é a gravidez na adolescência, embora outros fatores culturais interfiram nessa situação entre os indígenas. A equipe de saúde se empenha em conscientizar a comunidade, mas “a maioria das famílias cria os filhos mais pro casamento, não pra vida. Mesmo tendo equipe de psicólogo e assistente social, a gente ainda não consegue lidar.”

O tom de voz é inconformado quando fala das crianças que pesava, hoje com 14 ou 15 anos, grávidas e casadas. Em sua opinião, é nesse momento que os jovens, como forma de escape, acabam buscando outros caminhos, como as drogas ou o alcoolismo. “Criança tem que brincar, se sujar, deixar namorar, mas sempre explicando certinho.”

Crescência relata que as mães adolescentes costumam ser as mais resistentes quando se trata do cuidado com a saúde. Não aceitam que seus filhos estejam abaixo do peso e, se estão doentes, não procuram o posto de saúde. Até para fazer o pré-natal é difícil. “Na sociedade não-indígena, se dá uma doença, a mãe já vai direto pro postinho. No nosso caso, as mães adolescentes é a gente que tem que estar correndo atrás. É bem

complicado. Eu dou um jeito, trago a criança na marra.”

O controle de natalidade através de orientação e do uso de métodos contraceptivos não é obrigatório, mas está disponível. De acordo com Crescência, muitas procuram a camisinha, o medicamento oral ou as injeções anticoncepcionais trimestrais. Alguns homens não permitem a prevenção porque acreditam que o papel da mulher seja procriar, então as esposas usam a medicação em segredo. “Elas falam: ‘Ó, não fala que eu fiz consulta se os parentes perguntarem.’ A mulher aqui ainda é muito dependente do homem.”

Sua avó conta que, antigamente, a mulher, quando menstruava pela primeira vez, tinha o cabelo raspado e permanecia em isolamento. Depois que o cabelo crescesse, sua família lhe procurava um marido, geralmente mais velho – um dos pré-requisitos era ter a mão cheia de calos, porque isso mostrava que o homem era trabalhador e poderia sustentá-la. O ritual acontecia por volta dos 15 ou 16 anos. “Hoje, a menstruação nas meninas vem muito mais cedo.”

Lauriene Seraguza, antropóloga e professora em duas universidades de MS, explica que a conjugalidade sempre foi muito importante para os guarani kaiowá – faz parte do “modo bom de se viver” que eles aprendem com os deuses (um casal de homem e mulher) através do canto e da reza. “Pode ver que eles se casam muito novos, têm bastante filhos, porque esse é o exemplo, e sempre foi assim.”

O marcador para a vida adulta, de fato, é a menstruação, mas isso torna-se um problema para os serviços públicos. “Pega uma menina de 12 anos casada com um cara de 50. Nós, brancos, vamos achar que é estupro de vulnerável. Isso é um problema imenso. Se a menstruação é o marcador etário que transforma as meninas em mulheres adultas, capazes de fazer

novas alianças e construir seus núcleos familiares, como fazer pro Estado reconhecer isso nelas e parar de negar direitos indígenas, oferecendo o tipo de serviço deles, que é de branco, não é de índio?”.

Do ponto de vista da Antropologia, portanto, o casamento e a gravidez antecipados são uma condição cultural e histórica, não um problema. “Essa ideia de que casar nova é um problema vem a partir do contato com o branco. São discursos que se aprendem na escola, na cidade, que se levam pra dentro e que acabam gerando muitos conflitos. Vêm, geralmente, de indígenas escolarizados e escolarizadas. Mas, claro, alguns deles compram esses discursos porque, de alguma forma, faz sentido pra eles também.”

Mais do que originada somente na escola, essa lógica de pensamento é fruto do contato ininterrupto com serviços públicos de saúde, assistência social e outros vários âmbitos presentes dentro da aldeia. “A Constituição Federal, artigos 231 e 232, reconhece aos índios a autonomia na organização social deles. Mas a gente ainda tem um Estado com uma política integracionista, assimilacionista, no sentido de apagar as distinções étnicas e transformar os índios em brancos pobres.”

A mudança nos padrões de alimentação e outros fatores ambientais têm alterado o tempo de chegada da menstruação nas meninas, como bem diz Crescência. A obrigatoriedade da escola, por exemplo, muda algumas questões culturais como a observância dos rituais de resguardo durante a primeira menstruação. “Hoje, se a menina ficar em reclusão e deixar de aparecer na escola por esse período, cortam o Bolsa Família”, completa Lauriene.

Por outro lado, a inserção de doutrinas religiosas não tradicionais indígenas dentro da aldeia causa um novo tipo de

conflito entre moradores e a equipe de saúde. De acordo com a Funai, existem, atualmente, cerca de 30 igrejas espalhadas pelos 2429 hectares da Amambai, e uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos agentes de saúde é a relutância em submeter-se a tratamentos médicos por parte dos fiéis, especialmente os pertencentes às congregações evangélicas. “Se tem criança doente, eles levam pra igreja pra ficar orando. Uma vez morreu uma mulher assim. Não aceitam procurar o posto de saúde. Tanto é que a gente sempre tá falando com o capitão pra fazer reunião com os pastores, porque tem muita resistência”, relata Crescência. Com os adeptos da religião tradicional indígena, de acordo com a técnica em Enfermagem, o diálogo é mais fácil.

“Já aconteceu de a gente brigar pra levar a criança doente pro hospital, e os pais, evangélicos, largarem a criança lá na Casai [Casa de Saúde Indígena, localizada na cidade]. Eu tive que vir buscar eles, e eles tavam aqui orando. Não pode largar a criança sem um responsável no hospital. Cheguei na igreja e falei: ‘Eu vim levar um dos dois, se não forem, eu vou dar boletim de ocorrência.’ Não gostaram, mas foram comigo.” Nesse embate, Crescência já foi chamada de “demônio que vai cair por terra” e outras enfermeiras também já foram ofendidas.

A agente de saúde acredita em Deus e diz respeitar qualquer igreja, inclusive a evangélica. “A vantagem deles é que os pais que eram alcoólatras e agressivos melhoram. A parte ruim é essa resistência. A gente tem que respeitar, só não pode deixar interferir pra prejudicar.” Convidam-na para celebrações na evangélica, na católica, para rezas tradicionais indígenas, e ela vai a todas, mas não tem compromisso com nenhuma. Admite que isso tem muito a ver com a carreira na saúde. “Nos evangélicos é: ‘A senhora vai ser curada, é só pagar tanto’ e não

existe isso. Mas tem gente que acredita e dá. Aqui ninguém é rico, mas dão um jeito de pagar igreja.”

Em menores proporções, a “medicina branca” também esbarra na prática da medicina natural pelos indígenas – apesar de que, no processo de capacitação e orientação da comunidade, o uso de remédios naturais tem diminuído progressivamente. Ainda existem famílias que optam por tratar suas enfermidades apenas através da medicina caseira, e isso é respeitado, de acordo com Crescência, mas não sem a recomendação de que a medicação alopática prescrita também deve ser tomada. “Um dos dois vai resolver.”

Alguns médicos, brancos, que trabalham na Casai em Amambai inclusive incentivam a medicação natural para que a tradição não se perca. Para gripe, por exemplo, uma alternativa é o xarope de broto de caraguatá e mel. “Deixa ferver a planta e o mel com duas ou três fatias de limão, até virar um trem grosso, bota açúcar pra virar xarope e toma.” Folha de goiaba e broto de folha de guavira são bons para diarreia. “Tem remédio caseiro pra tudo.”

E Crescência bem sabe, porque foi criada à base deles. A avó, Clarice Vasques, e a bisavó, Leonora Vasques, chamada carinhosamente de Minoca, guardam todo esse conhecimento até hoje. Quando Crescência fica doente e toma remédio “da cidade”, a avó logo chega com sua garrafada. “Eu tomo dos dois tipos. Mas ela sempre fala: ‘Vai fazer mal se tomar muito isso aí’, e faz mesmo, né. A gente diz que eles não sabem, mas sabem, sim.”

A técnica em Enfermagem está na fila para fazer uma cirurgia na vesícula há cinco anos e tem as mãos cheias de cicatrizes de tanto receber medicação intravenosa. Passou a tomar remédio caseiro e nunca mais sentiu dor. O médico a proibiu

de consumir gordura em excesso, mas foi o remédio da “vó” que resolveu. A receita milagrosa, dona Clarice não passa pra ninguém. “Ela não me fala. Minha mãe sabe um pouco, e eu sei menos ainda. Só chegam aqui e dizem: ‘Esse remédio é pra tal coisa.’” Então, faço a pergunta mais óbvia: se elas se recusam a repassar o que sabem, como o conhecimento vai seguir passando de geração em geração? “Eu falo isso pra ela. Mas ela acha que a gente não vai levar o aprendizado a sério.”

A bisa Minoca, nascida em 1908, tem 108 anos, e só fala guarani. Já não lembra de todas as receitas e nem mesmo da própria idade. A avó tem 60 e poucos, a mãe, quase 50. Crescência, nascida e criada na aldeia Amambai, tem 31, e sua filha, a quinta geração viva, tem 12 anos. É separada desde que engravidou, porque o marido não queria ter filhos. Hoje, não pensa em casar-se outra vez. “Eu vejo o jeito que as mulher sofre aqui. Por eu já estudar na cidade, minha visão era diferente. As adolescentes que tão na aldeia são criadas pra casar. Eu quero criar minha filha, preparar ela pra vida; quero que ela tenha um futuro, não dependa de mim ou de marido, se quiser casar. Se você não sai muito, acaba ficando muito fechado na aldeia.”

Na escola, não considerava a possibilidade de fazer faculdade. Teve a filha quando estava na quinta série, aos 18 anos. Parou de estudar e voltou quando a criança já tinha dois anos. Terminou o ensino médio na Educação de Jovens e Adultos (EJA), indo e voltando da cidade todos os dias à noite. Sua rotina, atualmente, consiste em trabalhar no posto de saúde durante a semana e, às vezes, aos sábados e domingos, ficar de plantão na Casai. A guarani também faz parte do Conselho Local de Saúde da aldeia.

Na Amambai, agentes de saúde são como lideranças setoriais: os 19 agentes (dois homens, 17 mulheres) se dividem

entre as 19 áreas e cada uma dessas áreas leva o nome de seu agente responsável. O agente de saúde é referência para tudo: sabe quais são os problemas, onde estão os casos de violência, conhece as pessoas, diagnostica doenças e fica informado sobre tudo que acontece na região que está sob seus cuidados. Isso significa que existem 17 mulheres liderando espaços dentro da aldeia. De acordo com Crescência, esse quadro faz muita diferença. “Pra mulher é mais fácil chegar, lidar, conversar. O homem tem mais barreiras. O agente homem não vai chegar e perguntar pra uma mulher: ‘O que é esse roxo? Você e seu marido brigaram?’. Ele não tem essa abertura.”

A avaliação que faz das condições disponíveis para a saúde indígena é a de que faltam duas coisas: gente e recurso. Pelo tamanho da aldeia, considera que deveria haver mais do que apenas dois postos de saúde. A estrutura da Casai é precária. Há apenas uma ambulância para atender cinco aldeias e dois acampamentos, e está em péssimas condições. Às vezes, o Corpo de Bombeiros ajuda, mas Crescência acha que deveriam investir mais.

A Sesai, diretamente vinculada ao Ministério da Saúde, é o órgão responsável pela atenção à saúde dos povos indígenas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Criada em 2010 para substituir a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) na gestão da saúde indígena no país, a Sesai conta com uma estrutura de Distritos Sanitários Especiais (DSEIs), Casais e postos de saúde. Suas atribuições incluem “observar práticas tradicionais indígenas” e “respeitar as especificidades culturais de cada povo”.

Fruto da luta dos povos indígenas, a criação da Sesai foi muito comemorada. Contudo, no processo de transição da Funasa para o órgão atual, uma diretriz especificamente causou

(e ainda causa) polêmica: o uso de organizações conveniadas para a gestão da saúde indígena no território nacional. O maior exemplo é a Missão Evangélica Caiuá, entidade não governamental ligada à Igreja Presbiteriana do Brasil, com sede em Dourados (MS), que recebe recursos federais para realizar serviços de atenção à saúde indígena e atende uma população de 426.158 pessoas, em 19 dos 34 DSEIs (abrangendo, entre eles, o estado de Mato Grosso do Sul).

De acordo com a antropóloga Lauriene, o serviço que a Sesai oferece deveria ser reformulado para atender os indígenas conforme sua própria noção de saúde, levando em conta os portadores desse tipo de conhecimento na aldeia (rezadores e parteiras, por exemplo). “Só que o Estado não tem paciência pra receber e transmitir esses conhecimentos. É mais fácil oferecer o serviço do modo do branco. Acaba sendo uma estratégia de negar o direito deles e de interferir no modo de vida e na organização social dos indígenas o tempo todo, em qualquer espaço.”

Na aldeia Amambai, atuam 164 profissionais de saúde, além do quadro de funcionários da Casai. Quatro médicos respondem pelo atendimento na aldeia – dois são cubanos, vindos através do programa Mais Médicos, criado no Brasil em 2013 para ampliar o acesso da população à atenção médica e fortalecer a atenção básica nos municípios localizados em áreas remotas e nas periferias das grandes cidades.

Desde que foi implementado, o programa viabilizou a chegada de 335 médicos para atender diretamente as comunidades indígenas nas aldeias. Antes do Mais Médicos, os 34 DSEIs do país contavam com 247 médicos; com a iniciativa, esse número cresceu para 582, um aumento de mais de 130%. Recentemente, Camilo e Félix, os dois cubanos na aldeia Amambai, receberam um documento que dizia que teriam que

regressar ao país de origem. “De um dia pro outro, nem avisaram antes. Diz que eles não sabem se voltam ou não.”

Jorge Pereira da Silva, chefe da Coordenação Técnica Local (CTL) da Funai em Amambai, reforça a visão da antropóloga. “Todas as políticas voltadas pra comunidade indígena são integracionistas, desde 100 anos atrás, no sentido de torná-los não-índios. O fato de que a gente tem, em quase todo o território nacional, as verbas da saúde indígena sendo gerenciadas por uma entidade cristã, que tem objetivo de evangelização, exemplifica bem isso. É um fenômeno de cristianização incutido em uma necessidade básica, no caso, a saúde e até a educação, já que eles mantêm escolas nas aldeias”, finaliza Jorge.

Crescência é, hoje, uma das mais antigas agentes de saúde ainda ativas em Amambai. Apesar dos desafios, sua recompensa é conseguir tirar do risco de desnutrição uma criança que sempre teve peso baixo, às vezes depois de quatro ou cinco anos. Ou ajudar a fazer partos. Ainda que já possua experiência e até os instrumentos necessários para quando é preciso atuar como parteira de improviso, há uma coisa da qual Crescência nunca mais se esqueceu – de colocar uma coberta embaixo.

CAPÍTULO QUATRO

FILHA DA INCERTEZA

Seu nome em guarani significa “o caminho ou o caminho da mulher”. Paulina Cunhã Takua Rokay Ponhy Martines faz questão de mencionar o nome de batismo junto ao nome em português, soletrando palavra por palavra. Me recebe em sua casa, um pequeno cômodo de madeira, no fim da tarde de uma segunda-feira chuvosa. O cabelo longo e muito escuro está enrolado em um coque bem feito no alto da cabeça, e o cheiro espalhado pelo quarto é de banho recém tomado. Senta-se em sua cama e me oferece a única poltrona estofada disponível. No nervosismo de sustentar a conversa inicial, não percebo que, sentada onde estou, minha visão esbarra nas duas barras grossas de madeira da cabeceira da cama. Paulina se acomoda virada para a parede, e não para mim. Desconfortável e ingenuamente, pergunto se posso mover minha poltrona mais para a direita, a fim de ficar à sua frente e poder vê-la em sua totalida-

de. “Não, assim tá bom.”

Protegida pela barreira física dos estrados de madeira, Paulina não permite que eu alcance seus olhos. Me guio, então, pelo som da sua voz e por sua imagem recortada, sentindo-me, de repente, sem qualquer poder. Paulina conduz a entrevista como, eu veria mais tarde, conduz toda sua vida desde sempre: exatamente como quer.

Nascida na Colônia Paso Cadena, departamento de Caaguazú, Paraguai, foi registrada no Brasil, em Foz do Iguaçu, cidade paranaense de tríplice fronteira. Os pais contam que a trouxeram de lá quando tinha dois anos. Passou por outras duas aldeias antes de chegar à que vive atualmente: Ocoy, na cidade de São Miguel do Iguaçu (PR), distante cerca de 50 quilômetros do Paraguai, até os oito anos; e Marrecas, no município de Turvo, centro-sul do estado do Paraná, até os 19 anos.

Chegou à aldeia Y Hovy, na cidade de Guáira, em 2009. O município fica às margens do Rio Paraná, que separa o Brasil do Paraguai e o Paraná do Mato Grosso do Sul. Tornou-se vice-liderança da aldeia por indicação do cacique, Ilson Soares, logo que chegaram, e ocupa o cargo até hoje. O preconceito veio, primeiro, das lideranças de outras aldeias do município, que não demonstraram concordância quando ela foi apresentada como vice-cacique pela primeira vez. “Disseram que as mulheres indígenas só sabiam xingar e não teriam capacidade de resolver alguma coisa. Só ia atrapalhar mais”, lembra. Apoiada por Ilson e pela liderança mais influente da região, Inácio Martins, ignorou as críticas até que elas cessassem. Passaram-se, desde então, sete anos.

Dentro da aldeia, não sofre resistências diretas, mas diz saber que existe uma “falação pra lá e pra cá”, geralmente entre famílias que acabaram de chegar. “Tem um certo estranha-

mento. Já teve famílias que resolveram ir embora porque não queriam ser lideradas por uma mulher. Ainda hoje acontece”. Apesar disso, para a maioria dos cerca de 200 moradores da aldeia (46 famílias, no total), é natural que seja uma mulher quem fale por eles perante os índios e os não-índios – já que, na Y Hovy, a vice-cacique tem papel tão ou mais influente e representativo do que o próprio cacique.

Mas a aceitação interna não veio do dia para a noite. Paulina não assumiu o cargo de vice-liderança e foi logo tratando de assuntos que considerava necessários. Um ano ou dois se passaram até que ela comesse a conversar em particular com algumas mulheres, aqui e ali, sobre as agressões que sofriam dentro de casa. “Eu dizia: ‘Se a gente se juntasse, batalhasse por esse ideal de ser respeitada e não ser mais agredida dentro de casa, que que vocês acham? Vocês me apoiariam?’”. Durante muito tempo, Paulina plantou e cultivou com paciência e determinação sementes de coragem e esperou que elas florescessem dentro das indígenas da aldeia Y Hovy.

No início, só havia silêncio. Houve também medo, indecisão. Até que a primeira resolveu denunciar o marido por agressão. Outras ainda preferiram que Paulina conversasse com seus esposos, confiando no poder de persuasão da vice-cacique. “A gente sempre procura resolver tudo dentro da aldeia. Se não for possível de acordo com as leis internas, infelizmente temos que pedir ajuda lá fora”. Com o passar do tempo, as mudanças se fizeram notar.

Denilza Vera, de 19 anos, é uma das mulheres que denunciaram o marido por violência doméstica. Cheguei para procurá-la com o cacique em uma manhã ensolarada de quarta-feira. Ele me apresentaria a ela, mas as casinhas, dela e de sua tia, estavam desertas. Ilson comentou que deviam ter aca-





PAULINA, DURANTE A AULA NA PEQUENA ESCOLA DA ALDEIA Y HOVY



bado de sair, porque ainda havia fumaça de fogo recém apagado. Pendurado do lado de fora, no alto de um dos casebres de madeira, um radinho a pilha tocava uma sequência de modões sertanejos antigos em alto volume. A única pessoa à vista era um menino bem pequeno, parado ao lado de uma árvore, tão jovem quanto ele e só um pouco maior em altura. Nos observava com olhos grandes e atentos. Ilson tentou comunicar-se em guarani, perguntou onde estavam todos, mas ele permaneceu em silêncio.

Era o filho de Denilza, mas eu ainda não sabia. Enquanto o cacique se afastava, fiquei parada em frente ao menino, tão desconfortável quanto ele. Suas roupinhas estavam sujas e bem velhas, os pés, descalços, o nariz escorria e, de companhia, ele só tinha um enxame de mosquitos ao redor da cabeça que parecia persegui-lo por toda a parte. Não parecia se incomodar muito com isso. Eu, por outro lado, o fitava com agonia quando um ou outro pousava em suas pálpebras ou nas bochechas. Ele nem se mexia. Minha forma de se comunicar foi retribuir sua expressão desconfiada com um semblante infantilmente desafiador. Ficamos, assim, nos estudando.

De repente, todos reapareceram. Denilza, seus tios, o cacique. Me trouxeram uma cadeira e sentaram-se em roda, para minha surpresa e total desespero. A entrevista com Denilza seria sobre a violência que sofreu por parte do ex-marido, mas, aparentemente, todos queriam ouvi-la também. Disse a ela, meio baixo, que, se ela quisesse, poderíamos falar em particular. O grupo passou a conversar entre si em guarani, e, dentro da minha cabeça, eu só rezava para que ela dissesse sim. Notei que ela os respondia com um riso meio nervoso. Até que se virou e me disse, em português: “Vamos lá pra dentro.”

A casinha, mais para uma cabana de cômodo único, era

muito simples. Nos sentamos sobre a cama e eu só pude entender seu nome depois que ela o escreveu a lápis em meu caderno. Com o português meio desacertado no gênero dos pronomes, nas preposições e nos tempos verbais, ela me contou que a briga acontecera há um ano atrás, em maio ou junho de 2015. O menino, em seu colo, já me olhava como se eu fosse bastante familiar.

A briga aconteceu por causa dele. Denilza estava doente, de cama, se descuidou por um momento e o filho caiu de bicicleta. Por causa disso, o ex-marido a agrediu. Descreveu a violência que sofreu: ele bateu no braço, no ombro, chutou, deu dois socos no rosto, empurrou, puxou o cabelo. Uma cicatriz em sua sobrancelha direita me chama a atenção, e minha primeira reação é, então, perguntar se aquela era uma marca deixada pelo ex-marido. Ela ri, fácil demais depois da lista horrenda que me deu, e explica que aquilo é de subir em árvore e cair. Eu rio junto, mas um riso sem graça para esconder o alívio.

Só aconteceu uma vez e ninguém ouviu nada. Sua tia ficou sabendo e foi conversar com Paulina, logo no dia seguinte. Ela chamou o ex-marido de Denilza para conversar, mas ele não apareceu, então chamou a polícia para levá-lo. Foram juntas à delegacia. O homem foi preso, mas Denilza não sabe por quanto tempo, talvez por três ou quatro dias. Nunca mais o viu, porque ele não voltou à aldeia. Apesar de saber da agressão, a ex-sogra declarou que, se a jovem indígena denunciasse o filho dela, tomaria a guarda do neto, que hoje tem dois anos.

Denilza diz não sentir mais medo. Com o ex-marido, sempre brigava, porque o indígena bebia e a agredia verbalmente. Mas o atual companheiro a trata bem e ela também garante já ter perdoado o ex, “por causa desse menino. E foi por isso que ele não foi no cadeia assim, seis meses, um ano”. De-

nilza fala baixinho, e o menino em seu colo agora até me oferece sorrisos – porque já nos conhecemos algumas olhadas atrás.

“Essa aldeia é uma aldeia feminista”, Paulina me pega de surpresa. Sim, feminista. Y Hovy é uma aldeia das mulheres e organizada por mulheres. “É elas quem estão na frente, que falam mais nas reuniões, são mais ativas. Nós temos a capacidade de sensibilizar através do diálogo.” Por esse motivo, Paulina acredita que a aldeia seja diferente. “Aqui não tem muita briga, muita bebedeira, não se escuta muito de briga interna. Homens lideranças que queiram uma aldeia organizada e tranquila têm que botar também uma mulher junto pra liderar.”

A vice-cacique de 26 anos deixa muito claro que a luta pela demarcação da terra também é prioridade para as mulheres, porque essa é a maior de todas as lutas. De acordo com o antropólogo Levi Marques Pereira, a mulher é a controladora da vida social e do fogo, ou seja, do núcleo familiar. Sem mulher, não há fogo, não há casa, não há tekoha. Portanto, o homem não possui nada – a casa, a lavoura, os filhos, tudo pertence à mulher, porque é dela a responsabilidade por esses espaços e pessoas. Em casos de separação, por exemplo, o homem sai de mãos vazias. Na fronteira, a dificuldade é fazer com que autoridades não-indígenas entendam isso – que homens, sejam brancos ou indígenas, não lutam sozinhos pela terra.

Na última vez em que compareceu à Conferência Municipal das Cidades, o prefeito de Guaira, recém-eleito, disse que as mulheres indígenas deveriam ficar mais atentas, porque talvez os homens estivessem lutando pela terra para vendê-la depois da demarcação e, por isso, elas estariam lutando por nada. Paulina ouviu calada. Mas o prefeito teve o azar de encontrá-la novamente pouco tempo depois, e a indígena fez questão de lembrá-lo do que tinha dito. Antes que ele pudesse sequer ten-

tar se explicar, Paulina se fez ouvir, em definitivo: “Os índios só têm casa e lavoura graças a nós, mulheres. É difícil fazer o branco entender isso.” Depois do episódio, não recebeu mais convites para conferências municipais.

Os pais são a razão e a força para seguir em frente na luta. Na cultura indígena, os mortos devem ser enterrados em um lugar tranquilo, garantido, seguro, para que possam encontrar paz na vida após a morte. Paulina teme não poder assegurar isso à mãe e ao pai, já em idade avançada. Ter que abandonar o local onde os antepassados estão enterrados é como abandonar a própria vida – situação recorrente nos casos de despejo e reintegração de posse de terras indígenas não demarcadas, como é a Y Hovy. Quando isso acontece, o direito das mulheres indígenas é violado, segundo Paulina. “Toda vez que alguém morre dentro de um grupo indígena, quem mais sofre são as mulheres. Até pra isso a gente busca nosso direito, uma segurança, uma garantia de permanência das famílias. Tudo é incerteza.”

Tudo é mesmo incerteza. Y Hovy, como centenas de outras terras não demarcadas no Brasil, vive, todos os dias e todas as noites, de absoluta insegurança. Se decidirem retirar o grupo do acampamento, o que será dos filhos dessas mães?, ela se pergunta. É o grito delas que os brancos escutam. Um grito de socorro. “Se a gente não tiver terra, a gente não tá seguro. Não dá nem pra sonhar quando vive assim.”

A aldeia Y Hovy (que é, na verdade, um assentamento) abriga indígenas da etnia avá guarani e ocupa uma área de 17 alqueires no bairro Vila Eletrosul, em Guaira – parte pertencente ao município, como reserva florestal, e parte à propriedade privada. O grupo, que começou com cerca de cinco famílias, iniciou a ocupação do espaço em novembro de 2009, vindo

de Terra Roxa (PR). Desde então, três fazendeiros já entraram na justiça alegando posse da terra. Uma ordem de reintegração de posse foi expedida em 2013, mas a decisão foi para Porto Alegre, e o processo está parado. O Ministério Público ordenou que a Funai desse andamento ao processo administrativo de identificação e delimitação de terras, mas o prazo de 180 dias para o cumprimento da ordem já expirou há dois anos. Se o juiz de Porto Alegre der parecer favorável aos fazendeiros, a Polícia Federal executará uma operação de reintegração. Ilson, o cacique, diz que a comunidade pode oferecer resistência, mas sabe que é uma luta perdida. “Pra cada indígena, eles vêm com 20 policiais. É assim que eles trabalham.”

Y Hovy, em guarani, significa “rio ou água azul” (nome dado pelos ancestrais ao córrego que passa pela aldeia). Cerca de 80% das famílias recebe o Bolsa Família (R\$ 150 a R\$ 300 mensais). A maioria está desempregada. Os que trabalham fora, sempre os homens, vão para a construção civil ou para as cooperativas, mas não se costuma dar emprego na cidade para indígenas. Há alguns poucos ainda sem documentação e, portanto, sem renda alguma. Para Ilson, a demarcação da terra significa segurança jurídica. O argumento é: em terra não demarcada, o Estado não pode investir, então nada se constrói. Os direitos básicos, como saúde e educação, são, então, ignorados por esse motivo.

Os guarani lutam para permanecer na terra, não para conquistá-la. “O objetivo da colonização era esse, matar os índios ao longo do tempo. Muitos foram mortos na bala, escravizados, expulsos. Hoje, a política continua matando o índio através de decreto e portaria”, afirma o cacique, de 28 anos.

Alguns dos muitos exemplos podem ser citados: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, apresentada em

2000, que altera os artigos 49 e 231 da Constituição Federal, repassando ao Congresso Nacional a competência de aprovação da demarcação das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e a ratificação das demarcações já homologadas; o Projeto de Lei Complementar (PLP) 227, apresentado em 2012, que também altera o artigo 231, definindo os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de terras indígenas (permite a concessão de terras públicas em área de fronteira e lista as “situações excepcionais” que podem restringir o direito de usufruto exclusivo dos indígenas sobre suas terras – como a exploração de jazidas minerais, o aproveitamento de potenciais hidráulicos, a construção de campos de treinamento militar, entre outros); o Projeto de Lei (PL) 5807, apresentado em 2013, que subjugua a demarcação de terras indígenas à anuência prévia da Agência Nacional de Mineração (ANM); a portaria 303 da Advocacia-Geral da União, publicada em 2012, que veda a ampliação de terra indígena já demarcada e limita o usufruto de recursos naturais presentes nas TIs pelos próprios indígenas (o PL 1216, de 2015, pretende adequar o procedimento administrativo de demarcação das TIs à portaria); a tese do Marco Temporal, presente na Súmula 650 do Supremo Tribunal Federal, que propõe que a definição de o que é terra indígena deve ser baseada em se o local era habitado por povos tradicionais à época da promulgação da Constituição, ou seja, a partir de 5 de outubro de 1988.

“Querem nos matar no cansaço. Prendem lideranças acusando de formação de quadrilha, mandam Polícia Militar [PM] e Tropa de Choque para os protestos, bomba de gás e spray de pimenta na cara. A PM tá sempre do lado deles. As armas tão sempre apontadas pra nós. Os fazendeiros se mobilizam muito rápido, 200, 500 deles. A maioria das comunidades indígenas

não tem esse número de pessoas. Cada passo que o guarani dá é em direção à morte. Eles estão lá esperando”, conclui Ilson.

Paulina pensa bastante, mas não consegue encontrar outra resposta para a pergunta que eu faço sobre sonhos. A insegurança em relação ao próprio lar, o tekoha, tem também esse efeito devastador: restringe e suprime qualquer possibilidade de aspiração, desejo ou ânsia da alma de algo que não seja a própria terra. Se Paulina não o tivesse, não lutaria. Com a vida inteira pela frente, seu único objetivo é manter seguro de transformações o ser guarani, sua tradição e seu modo de vida.

Felizmente, há mudanças que vêm para o bem. As mulheres indígenas já não são as mesmas. Algumas investem nos estudos; outras já não se casam mais tão cedo (apesar de o casamento precoce ser uma prática tradicional da cultura indígena e, portanto, seguir ocorrendo com frequência); algumas trabalham como forma de ganhar o próprio sustento. Paulina explica que não é comum no grupo indígena que o homem que trabalha compre coisas para a esposa – roupa, maquiagem, uma visita ao salão de beleza. Por isso, a partir do momento em que a mulher ganha seu próprio dinheiro, ela é quem passa a decidir o que fazer com ele. Podem cuidar de si mesmas, aumentar sua autoconfiança. Contra tantas outras dificuldades e formas de preconceito e violência, vindas da sociedade branca e do próprio grupo indígena, as mulheres têm conseguido avançar bastante nesse sentido.

O pensamento de que a mulher deve se casar somente para ser dona-de-casa e cuidar dos filhos, que Paulina classifica como machista, também existe no grupo indígena e era bastante enraizado na comunidade de Y Hovy até pouco tempo atrás. “Eu participo de eventos e conferências pra mulheres e adolescentes e isso me permite adquirir conhecimento e ex-

periência e repassar pras pessoas aqui dentro. Digo sem medo que, através de mim, as mulheres recuperaram sua autoestima, a vontade de viver e a coragem de enfrentar o mundo, dentro e fora da aldeia. De seguir em frente com a cabeça erguida, de dizer ‘Olha, não é bem assim’, discutir, discordar quando é necessário. Estão mais atentas ao que acontece.”

De acordo com Paulina, a mentalidade dos índios funcionava mais ou menos assim: quanto mais cedo a mulher se casasse, mais ele poderia viver ao lado dela enquanto ela fosse bonita. Então, depois de ter os filhos e sofrer mudanças no corpo, o marido deixava de valorizar a própria companheira. As reuniões mensais na aldeia foram essenciais para que Paulina pudesse mudar esse pensamento. Uma das lições que os guarani aprendem desde cedo é que se deve honrar o pai e a mãe. “Por que não honrar a própria esposa?”, foi o que ela perguntou à comunidade. Na primeira vez, ninguém disse nada. Foram necessárias mais três ou quatro reuniões para que os índios comessem a perceber que “o que elas tão pedindo é um direito delas.”

No início, houve receio por parte de todos. A mudança, então, começou dentro das casas. As mulheres passaram a ser mais respeitadas, menos agredidas, mais valorizadas e até a receber mais ajuda no trabalho doméstico; voltaram a usar maquiagem e a se arrumar para sentir-se bem, sem correr o risco de ser acusada de estar se embelezando para outro homem. O desafio de obter a igualdade dentro do próprio grupo começa com alguém disposto a iniciar esse tipo de diálogo, como fez Paulina, e é constante, pelo grau de rotatividade de famílias na comunidade.

Paulina não é a única que se identifica com o termo “feminista” na aldeia. Um dos motivos, de acordo com ela, é que

as outras mulheres já não se intimidam ao falar diante de um homem. Quando algo não deve ser de uma determinada forma, uma ajuda a outra. A perda do medo, para Paulina, é outro sinal de que a aldeia é feminista. “A mulher sabe que na reunião ela vai estar defendendo algo que ela acha que é certo, e é isso. Sabe que o que ela falar no coletivo não vai ser questionado em casa. Essa segurança diz tudo. A gente consegue dizer pra pessoa que ela errou e que tem que parar com isso, e ser ouvida. Se a aldeia não fosse feminista, a palavra e a decisão de uma mulher não valeriam. O que eu decido é o que vale aqui nessa comunidade.” Ela ressalta, com orgulho, que isso foi conquistado não através da violência ou da grosseria, mas pelo diálogo. Explicando que não é superioridade o que elas querem – é só igualdade.

Hoje, os homens fazem questão de que as mulheres falem, especialmente frente a autoridades não-indígenas. “Fala vocês que nós vamo bater palma”, eles brincam. Mas não é piada. “Nessa aldeia, as mulheres falam e os homens ficam aplaudindo mesmo. É uma coisa boa de se ver, porque a gente não quer mandar neles, não queremos dominar os homens. A gente quer igualdade, valorização, respeito. Não importa onde for, dentro de casa, na aldeia, na rua, na cidade.” Ela sabe que essa, com certeza, não é uma luta só das mulheres indígenas.

Apesar disso, Paulina evita sair sozinha porque já foi ameaçada. Sua cabeça foi a prêmio – R\$ 32 mil. A do cacique Ilson também. Foi em 2012. Alguém foi até sua casa para contar, não lembra muito bem quem foi nem o que disse. Depois, outras pessoas confirmaram a existência da recompensa para quem a matasse. Graças às denúncias feitas, nada aconteceu ainda. Na época, um boletim de ocorrência foi registrado na delegacia de Guaíra e uma carta de denúncia foi enviada ao Ministério Públi-

co da cidade, ao Ministério Público de Brasília e à Funai.

Até hoje, não se sabe quem fez a oferta, mas as lideranças acreditam que foram os ruralistas. Paulina não se intimida quando tem que tomar a frente, em retomadas, manifestações ou conflitos. “Os brancos me veem como uma das principais lideranças, talvez a mais forte politicamente, porque, no meio de todas as mulheres que vivem nessa região, eu sou a única que mete a cara, defende, discute. Não costumo me calar diante das autoridades ou de qualquer pessoa que ameaça meu povo.”

Essa coragem veio da grosseria que os homens indígenas usavam contra as mulheres que Paulina presenciou durante toda a vida. Via isso dentro da família, quando o pai bebia e agredia a mãe verbalmente. Um dia, ela perguntou se ele se lembrava das coisas que dizia à esposa e, desde então, sempre pensou que, se um dia se casasse, não aceitaria ser tratada daquele jeito. Via isso dentro da aldeia, quando escutava gritos e choro de mulheres sendo agredidas. Isso fez crescer nela a vontade de encontrar outras que compreendessem e compartilhassem esse sentimento.

Leu alguma coisa sobre feminismo, viu na escola. A Lei Maria da Penha só conheceu há pouco tempo atrás, mas sempre ouviu falar que as mulheres tinham direitos, que já não eram mais vistas somente como domésticas, que tinham direito ao voto, à opinião. Participou da Conferência Municipal de Mulheres, organizada pela prefeitura de Guaira, e, percebendo o apoio que recebeu ao contar um pouco da realidade da aldeia, ficou mais corajosa para falar o que pensava, expor suas ideias e tentar mudar a realidade das mulheres e da comunidade.

Dentro da Y Hovy, o que não faltam são pessoas buscando orientação com a vice-cacique. Suas responsabilidades como vice-liderança incluem a resolução de questões internas,

mas o que Paulina menos gosta de precisar resolver são desentendimentos entre duas ou mais mulheres. “Em qualquer aldeia, sociedade ou família existem desafios, maiores ou menores, mas isso me dói muito. Parece que te enfraquece. A gente sabe que não deveria ser assim. Quanto mais as mulheres estiverem unidas, mais elas se fortalecem.”

Em Guaira, especificamente, a questão fundiária cria um clima bastante tenso, e as indígenas relatam sofrer preconceito também por parte das mulheres não-indígenas. Quando estão na cidade, são chamadas de “fedidas” e coisas parecidas. Por parte dos homens não-indígenas, a ofensa muda de conotação: vadia, puta. Por possuírem condições de vida menos favorecidas, a interpretação é a de que as mulheres indígenas estariam mais dispostas a se prostituir. Na fronteira, são vistas como “uma qualquer”. Existem, sim, muitos casos em que a prostituição é a única alternativa – principalmente para as que migram do Paraguai para o Brasil, onde encontram uma situação ainda mais difícil e se veem obrigadas a isso. “Não é porque a gente é indígena que a gente é tão fácil. Eles pensam que, se oferecer dinheiro, a gente vai se entregar e aceitar. Na verdade, eles têm essa ideia de que podem fazer o que se fazia com as mulheres indígenas no passado, mas não é bem assim.”

Paulina nunca foi ofendida pessoalmente, apenas ouviu insinuações. Mas promete: se algum dia acontecer, vai direto para a delegacia da mulher. “A delegacia existe pra proteger e defender qualquer mulher, não importa se é negra, índia, branca.” É esse tipo de informação que Paulina tenta repassar às mulheres da aldeia, assim como a Lei Maria da Penha, que ajudou a mudar a realidade da violência doméstica na Y Hovy. “Se ainda estiver acontecendo, é porque as próprias mulheres querem ser agredidas, porque diálogo tem bastante, todas já

conhecem as leis.”

A falta de regularização de documentos pessoais das mulheres, especialmente das que são mães, é outro grande problema, agravado pela localização em área fronteira. Quando passam do Brasil para o Paraguai, não possuem direitos no país vizinho. De lá para cá, a mesma coisa. Em Guaíra, os indígenas alegam que, às vezes, ficam sem documentação porque os órgãos responsáveis se recusam a fazer. Então, é necessário entrar com ação no Ministério Público, prolongando algo que deveria ser simples.

De acordo com o cacique Ilson, até 2011, a convivência com a sociedade não-indígena era tranquila e os indígenas tinham bastante emprego na cidade, principalmente nas cooperativas, onde formavam grande parte da mão-de-obra. Entre 2012 e 2013, contudo, deputados começaram a propagar um discurso de que a Funai estaria trazendo indígenas do Paraguai para “tomar a cidade”, para tornar Guaíra uma terra indígena; falando ao microfone que o órgão traz ossadas do Xingu para enterrar na região e comprovar que as terras são indígenas; e que os índios são orquestrados por países estrangeiros para quebrar a economia brasileira.

Desde então, os guarani são vistos como pragas, inimigos. Sindicatos, produtores e fazendeiros iniciaram campanhas contra a demarcação, distribuíram panfletos e adesivos em que se liam “Minha Terra, Minha Vida – Não à Demarcação Indígena Injusta, Juntos Paraná e Mato Grosso do Sul”. Veio o desemprego, a hostilidade, as ameaças, as tentativas de homicídio por atropelamento, os espancamentos. Entrar no supermercado agora significa ser cercado por seguranças que agem sob o pretexto de que os indígenas roubarão alguma coisa. Uma entidade chamada Organização Nacional de Garantia ao

Direito de Propriedade (Ongdip), sediada em Guaíra, foi fundada para impedir novas ocupações.

Além do posto de vice-cacique, Paulina também exerce a função de única professora da aldeia. Dá aula todos os dias para alunos de todas as idades misturados em uma mesma turma. A aula é dada na língua materna, o guarani, em uma casinha de madeira com quatro grandes janelas, sem energia elétrica, um quadro negro e umas vinte carteiras e cadeiras – a escola da aldeia.

A natureza ainda não lhe concedeu filhos, mas ela não pensa muito sobre isso. Tem o ensino médio completo e pretende continuar os estudos e graduar-se em Direito e Pedagogia, para preparar-se para defender ainda mais o seu povo – a resposta vem demorada como se Paulina tivesse vergonha de compartilhar um sonho atrevidamente sonhado além da questão da terra. Ela não sabe se poderá estudar em Guaíra, porque a única instituição de ensino superior na cidade é a Universidade Paranaense (Unipar), de caráter privado, e apenas o curso de Pedagogia é oferecido. Deslocar-se para outros municípios é inviável neste momento, pelos horários, compromissos e pelo trabalho. Como se tivesse que me justificar alguma coisa, ela completa, na defensiva: “Tudo essas coisas não são tão simples assim. Ainda mais pra nós que não temos muita condição de tá pagando mensalidade e material.”

Junto às funções de vice-cacique, professora e da participação no Conselho de Mulheres do município, onde representa as mulheres indígenas, Paulina é considerada pela comunidade também uma líder religiosa. Ela rechaça veementemente o título de rezadora, porque esse é um lugar reservado apenas para os mais velhos, insubstituíveis dentro do grupo. “Não tenho exatamente função religiosa na aldeia, só procuro fazer algo

para preservar a nossa religião. O papel de qualquer liderança é esse: fazer com que todos os membros respeitem apesar da modernização, batalhar para que o grupo aprenda a andar com as duas coisas juntas.”

Uma vez por semana, na escola, Paulina ensaia os cantos religiosos com as crianças. Meninas de um lado, meninos de outro, enfileirados de frente um para o outro. Cantam em guarani enquanto as meninas balançam os joelhos ao som do violão e do violino e os meninos olham para os próprios pés tentando acertar o passo. Todos os indígenas estão ligados à religião pela alma e pelo espírito, independentemente de sua etnia. É como eles se conectam diretamente com o céu e a própria terra. Paulina se considera apenas uma participante, uma ajudante, e não aceita, de forma alguma, a mera insinuação ao termo liderança religiosa.

A liderança política se caracteriza pelo domínio da língua portuguesa e pela capacidade de relacionar-se com organizações indígenas e não-indígenas (devido ao crescente contato com os brancos). As lideranças religiosas trabalham com a tradição – remédios do mato, rezas, cânticos, mitos, conhecimento sobre a preparação de alimentos tradicionais. Existem mulheres lideranças políticas, existem mulheres lideranças religiosas e existem as que são as duas coisas, algo muito mais difícil de encontrar. De acordo com Ilson, a aldeia Y Hovy tem uma filha assim: Paulina, de expressão dura, quase sempre fechada, voz alta e firme, uma apurada percepção de justiça e grande sensibilidade. “Eu mesmo não discutiria com ela”, alerta o cacique.

Poucos dias na aldeia foram suficientes para me mostrar que a comunidade não a enxerga como mera ajudante, mas sim como alguém que possui um dom. Fui convidada a participar

de uma cerimônia de reza, e as quatro horas que passei observando (em alguns momentos, também dançando e cantando) suscitaram muitas perguntas em minha cabeça. Naturalmente, todo o ritual é realizado no idioma guarani, por isso não pude entender tudo que se passou. Seu irmão do meio, Gabriel, me explicou diversas coisas sobre a religião tradicional, mas Paulina não me levou muito além disso. “A religião é uma coisa que os mais velhos não permitem falar muito profundamente, a gente não costuma explicar tudo quando perguntam.”

O tempo que Paulina fica em silêncio mostra o quanto falar sobre sua relação com a espiritualidade a deixa desconfortável. Continua, então, me dizendo que, como em qualquer religião, todas as pessoas têm capacidade de desenvolver o dom que Deus dá através da fé, da experiência e do amadurecimento. “Nós que somos mais jovens não somos nada até alcançar a experiência dos mais velhos. Não podemos nos auto-identificar como rezadores, apenas como aprendizes.” E encerra o tópico.

A filha caçula de três irmãos teve o primeiro casamento em 2010, quando tinha 20 anos. Separou-se em 2014 e casou-se, novamente, em 2015. Acredita ter feito as coisas em seu tempo certo e não se arrepende de nada. Hoje, divide a casa com o atual marido.

Paulina surpreende-me, mais uma vez, quando pergunto quais mulheres seriam seus exemplos. Não tem, não. “Eu tô fazendo o que eu acho que é certo.” Diz que a luta que leva não é somente para mudar a violência doméstica, mas para fazer respeitar os direitos que estão no papel, que sejam cumpridos e postos em prática. “A mulher indígena tem que buscar ocupar seus espaços, porque ninguém vai fazer isso por nós.” Nem se quisesses.

Faz piada dizendo que seu nome em guarani tem tudo a

ver com ela.

Paulina, hoje, pode ser filha da incerteza. Mas é dona do próprio caminhar.

CAPÍTULO CINCO

IMPEDIDAS

Quando Cidinha era criança, bola não era brinquedo pra menina que prestasse. Aos sete anos, se a mãe a visse jogando, mesmo que a bola fosse de meia, a surra era certa. Aos 12, ouvia dentro de casa que, se não soubesse cozinhar e lavar direito, nunca arranjaria marido. E, se achasse, ele com certeza a deixaria. Foi obstinadamente instruída com o único objetivo de tornar-se uma boa esposa – o que, no entendimento da mãe, significava aprender a obedecer ao marido.

Na sua própria casa, era assim que funcionava. A mãe desdobrava-se em dez para cuidar dos filhos, da casa, do esposo (seu padrasto) e acreditava que mulher tem é que saber fazer arroz e feijão, não ficar fazendo besteira. Como jogar bola, por exemplo. Incansável, sempre incentivou a filha a ser dona de casa. Não deu muito certo.

Cidinha começou livremente no futebol só depois dos 15

e por esse motivo é que alega não jogar muito bem. É o mesmo caso de Elismara. “Por isso que eu admiro essas meninas de hoje em dia, elas jogam bem porque começam desde cedo, né. Desde os cinco, seis anos, e a mãe não fala nada. Nós não era assim.”

As duas jogam futebol (“Bem, não, mas jogamos!”) e também dançam. Desde seus 12 anos, Cidinha faz parte do grupo de dança Arandu, coordenado pelo professor de Educação Física Ismael Morel na aldeia Amambai. Elismara também se juntou ao grupo aos 12, mas o deixou depois de um tempo. Quando ia aos ensaios, saía fugida de casa. Dizia que ia visitar a tia, sempre inventava uma desculpa. Sua mãe queria que aprendesse as tarefas do lar e fosse à igreja. “Mas eu gostava de ver as pessoas dançando, o Ismael convidou, daí eu pensei: ‘Ah, também quero aprender a dançar.’” O tamanho da vontade não foi suficiente para livrá-la dos tapas que recebeu quando foi descoberta.

A mãe a proibia de muitas coisas, “mais por ser menina” – no futebol, também começou com a mesma idade de Cidinha, pela mesma razão. Elismara acredita ter sido esse o maior motivo para ter se casado tão cedo, aos 15 anos. “Só depois que eu casei que eu tive um pouco mais de liberdade, porque meu marido, ele também gosta de dançar e jogar. Fiquei um bom tempo sem dançar, mas esse ano voltei, junto com ele”, explica a fã de Marta, jogadora da Seleção Brasileira feminina de futebol, em um tom de voz naturalmente sereno e doce.

Aparecida Benites, a Cidinha, e Elismara Freitas Duarte vivem na aldeia Amambai. Cidinha, hoje com 24 anos, é formada em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e trabalha como professora da língua materna, o guarani, na Escola Municipal Indígena Mbo Eroy Guarani Kaiowá, dentro da própria aldeia. Elismara tem 21 anos e atu-

almente cursa o terceiro ano de Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na cidade de mesmo nome que fica a 130 quilômetros de Amambai.

A trajetória de Cidinha na universidade durou seis anos. Começou o curso em 2009, mas desistiu no meio do caminho. As disciplinas ficavam cada vez mais difíceis, os trabalhos acumulavam e as notas baixavam. Trancou a matrícula e voltou no ano seguinte. Mas Cidinha precisou enfrentar mais do que a dificuldade que sentia para acompanhar os colegas. Em 2013, foi diagnosticada com câncer de colo do útero.

Sempre sentia dores insuportáveis durante a menstruação, a ponto de ficar de cama. Fez o exame preventivo porque os médicos desconfiavam de que estava grávida, mas o resultado não apontou nada errado. O segundo preventivo, também, nada. A doença só foi identificada na terceira tentativa. Em 2015, realizou a cirurgia de conização do colo do útero pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em Dourados. A essa altura, para graduar-se na universidade, só precisava escrever e defender a monografia, por isso permaneceu a maior parte do tempo em casa, sendo tratada pelos remédios caseiros da mãe e comunicando-se com a orientadora por email ou quando ela a visitava na aldeia.

Às vezes, percebe incômodos causados pela operação, principalmente quando o namorado, mais novo que ela, inventa de lhe fazer cócegas. Ainda precisa ser avaliada pelo médico depois da cirurgia, porque não voltou para ver o resultado. Mas sente-se bem. De qualquer forma, “pode jogar e dançar normal”, como antes, e isso é quase tudo que importa.

Cidinha sempre gostou de participar de atividades extracurriculares na escola. Quando mais nova, frequentou o coral, mesmo sendo “uma péssima cantora”. Um dia, interessou-se

pelo grupo Arandu, que ensaiava danças indígenas e não-indígenas. E foi. De início, direto para a última fileira. Naquela época, os movimentos eram bem mais fáceis que os de agora. “Não sei se eu fazia certo, mas fazia.” Até que se percebeu apaixonada. Se tiver que escolher entre o futebol e a dança, Cidinha já sabe: “Eu gosto muito de jogar bola, não competir, mas por lazer. E dançar é minha paixão. Na dança, eu sou mais boa.”

Elismara, por ter voltado à ativa há pouco tempo, ainda tem dificuldade para soltar o corpo, mas tem insistido. Sua rotina é cansativa: de segunda à sexta, ela sai da aldeia às 15h30 para pegar o ônibus na cidade uma hora depois. Chega em Dourados às 19h30, assiste às aulas e sai de lá às 22h30. Chega em casa por volta de 1h30 da manhã. Domingo é dia de ensaio, das 8h às 11h. Mas treino de futebol com treinador e tudo é um privilégio ainda somente reservado aos meninos. Então, a elas não resta outra alternativa a não ser tomar a iniciativa e organizar-se por conta própria. “A gente vem jogar à toa. Todo sábado à tarde, a gente vai brincar.”

Como não há quadra de esportes na aldeia, apenas a que fica dentro da escola, as cerca de 30 meninas que brincam de ser time de futebol de verdade dependem da liberação do diretor. Quando não é possível, a solução é montar um campinho improvisado.

A criação de um time feminino, “que nem a Seleção Brasileira”, esbarra em algumas questões. A primeira é de que elas não têm um treinador. A maioria dos professores de Educação Física “vai lá, joga a bola pra você e é a mesma coisa que se a gente estivesse sozinha.” Cidinha também explica que, se montassem um time de verdade, o que aconteceria é que “uma se casa, a outra o marido não deixa ou não pode ir pelo filho, sempre tem alguma coisa atrapalhando. O problema das meni-

nas mais novas agora é que jogam bem, mas chega numa fase de adolescência que começam a namorar e aí deixam de lado. Então fica só na brincadeira mesmo.”

O grupo de dança é misto, mas o número de meninas é inferior: são apenas 20 para 30 meninos. “É porque no começo elas vêm, aí acham que não conseguem e desistem”, afirma Cidinha. Elismara acredita que as meninas rendam-se mais facilmente que os meninos por esse motivo. “A gente tá aí ainda porque é resistente”, brinca.

A ausência de um time de futebol feminino (em uma aldeia em que a prática do esporte é tão incentivada e disseminada) e o número inferior de mulheres no grupo de dança são situações que comprovam que não é por acaso que a palavra “resistência” tem lugar no vocabulário das mulheres indígenas que vivem na fronteira. O primeiro lugar em que elas têm que se provar é dentro da própria aldeia. “A maior dificuldade é convencer as pessoas que a mulher também pode fazer o que o homem faz. Por exemplo, ter um bom emprego. Principalmente os homens acham que a mulher indígena não serve pra isso”, relata Cidinha.

“Eles veem muito a gente como dona de casa. Quando a gente fica muito jogando nos campeonatos, já falam”, afirma Elismara. “Mesmo brincando, eles falam essas coisas, nem percebem que tão sendo machista”, completa Cidinha.

Os maiores problemas dentro da aldeia, de acordo com as jovens, são o consumo de álcool e droga e a gravidez precoce, além do estupro. Cidinha conta que tem uma família muito tradicional – e, por tradicional, ela quer dizer que eles bebem bastante. “Toda minha família é de bêbados. Quase cheguei a ir nessa direção.” A mãe fumava de manhã, ao meio-dia, à tarde. “Bem cedo, você acordava e sentia o cheiro. Era ela. Agora parou.”



ELISMARA, CIDINHA E LUCIA, COMPANHEIRAS DE ENSAIO E DE TIME (USANDO ADORNOS FEITOS POR LUCIA)



FRANCI, TREINANDO NO CAMPO DE TERRA BATIDA AO LADO DE SUA CASA, NA ALDEIA AMAMBAI

O alcoolismo leva a desentendimentos em que geralmente a vítima é a mulher, e ambas têm casos dessa natureza entre os familiares, vizinhos e amigos. Entretanto, apesar da possibilidade de denúncia na delegacia, a maioria das mulheres que sofrem ou já sofreram violência não fala, pela descrença na punição dos agressores.

São coisas que elas não sabem como resolver, mas têm feito o que está a seu alcance. Iniciativas como os Jogos de Integração Indígena (JOIND), o maior evento esportivo do estado de Mato Grosso do Sul, este ano em sua 14ª edição, contribuem para desviar a atenção dos jovens das drogas e do álcool. Criados pelo professor Ismael, reúnem na aldeia Amambai cerca de 1500 indígenas, vindos de várias aldeias do estado, todos os anos.

A época em que o torneio acontece, no fim do ano, é estrategicamente escolhida por ser o período de férias escolares. De acordo com as jovens, era nesse momento que as taxas de homicídio dentro da aldeia costumavam ser as mais altas do ano. “É uma maneira de eles se cuidarem e focarem em outra coisa. Se não, eles ficam bebendo, assaltando, matando”, explica Cidinha.

Ela e Elismara são voluntárias na organização do JOIND, que é realizado apenas com a ajuda de doações. Participam da Associação Jovens Indígenas Guarani em Ação (JIGA), também criada pelo professor Ismael dentro da aldeia.

Contribuem por amor à causa e como forma de agradecimento ao professor, mas isso implica ter que lidar com outro obstáculo: o preconceito. “Tem muitas pessoas que odeiam, principalmente os evangélicos que não gostam de dançar, acham que é coisa do demônio. Até hoje tem uns alunos que a mãe bate se vem ensaiar. Inventam que a gente recebe R\$ 200

mil por mês, que o governo manda dinheiro e a gente divide, e que a gente gasta tudo o dinheiro do povo. É um conflito interno, que vocês falam, né? Aí a gente tem que fazer nossa parte: nem ligar”, desabafa Cidinha.

A realização do JOIND sempre gera bastante expectativa. Em 2015, 12 aldeias de cidades próximas a Amambai participaram, competindo em modalidades como atletismo, futebol, arremesso de dardo, arco e flecha, salto em distância e até natação. “A gente também tenta trazer as coisas tradicionais dos índios, como competição de armadilha, e dá muito certo. A gente se força a revitalizar a cultura, e isso é muito bom. Se a gente não movimentar a aldeia, ninguém movimenta. Fica parado”, afirmam as jovens.

A dança e o esporte são muito valiosos para Cidinha e Elismara. “Sem isso não é vida. Acho que não existiríamos sem esporte. E dançar também. O que a gente faz aqui é pegar qualquer passinho que a gente usa diariamente e transformar em dança. Isso que é o difícil. Nossos antepassados dançavam muito outros tipos de dança que a gente traz no nosso sangue. Hoje, a gente já vai mais pro lado do não-indígena. Mas acho que sem isso a vida seria sem graça. Você trabalha a semana toda, aí em vez de ficar à toa em casa, vai e joga bola e já passa o estresse. É uma coisa de terapia, porque você tá fazendo o que gosta”, garante Cidinha.

Para Elismara, viver sem a dança e o esporte seria tão triste quanto passar o fim de semana todo em casa. Por isso, quando se formar, pretende ser professora na aldeia para poder incluir o esporte e a arte de alguma forma em suas disciplinas e incentivar sua prática entre os alunos o máximo que puder. “É nosso objetivo continuar fazendo o que a gente pode, principalmente pelas crianças, ajudando como puder pra ver

se melhora um pouco essas coisas da bebida, das drogas. Pra tentar fazer com que eles fiquem focados no esporte, na dança, porque vai ser muito melhor. A gente quer continuar até onde der pra melhorar a nossa aldeia”, diz, com esperança respingando da voz suave.

Cidinha tem um sonho um pouco diferente: evitar que a cultura indígena entre em extinção. “Eu queria que valorizassem de novo o pessoal que canta, que fazem reza, os pajés. Queria ter um lugar só pra eles. Se tem um barracão vazio, eles vêm fazer igreja, igreja, igreja. Os pajés cantam, conhecem remédio tradicional. Eles tão escondidos, mas é só ir atrás que acha.”

Como bolsista do projeto “Desigualdades sociais e tuberculose: dinâmica de transmissão, condições de vida e interfaces entre biomedicina e medicina tradicional indígena”, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Cidinha precisou ter muito contato com as pessoas mais velhas da aldeia para colher as informações que precisava sobre a medicina natural praticada pelos indígenas. Percebeu que, depois do projeto, os pajés “meio que reapareceram”. “Eu nem sabia que eles existiam ainda. Tem criança de hoje que nem tem mais o nome indígena de batismo que a gente recebe do pajé. Se a gente não fizer nada, a tradição vai sumir. E a gente vai adotar tudo de vocês, tudo que o pessoal lá de cima querem, né.”

Seu trabalho no projeto da Fiocruz termina neste mês de novembro, depois de quase três anos, então, atualmente, Cidinha dá aula de segunda à quinta-feira para turmas de 8º e 9º ano. A sexta-feira é seu dia de descanso, e sábado e domingo são dias de jogo e ensaio, óbvia e respectivamente.

A mãe e o pai são kaiowá, assim como a amiga Elismara, mas ela se declara guarani kaiowá. Elismara, nascida na aldeia Sassoró, em Tacuru (MS), se mudou para a aldeia Amambai aos

três ou quatro anos, não sabe ao certo. Não se arrepende nem um pouco de ter se casado cedo, porque tem uma relação boa com o marido. Filhos, “só quando tiver uns 30 anos”, brinca.

Cidinha, nascida e criada na aldeia Amambai, não sabe se pode, mas deseja tê-los. “Meu problema é que eu quero muito ter filho, mas quero um feito já”, explica, dizendo que tem medo de parto. “Minha mãe fala que é muito doloroso.”

Por falar em mãe, e lembrando de quando “entrava no chicote” se saísse para jogar bola e não tivesse lavado tudo que precisasse em casa, Cidinha conta que, “graças a Deus”, a relação entre as duas hoje é diferente. Os irmãos que nasceram depois foram criados de outra forma. “Comigo e com meu irmão mais velho era mais puxado. Eu era proibidíssima. Hoje, minha mãe já me aconselha a fazer o que eu gosto.”

Coincidentemente, Elismara, irmã mais velha de outros três filhos homens, atesta a mesma mudança em casa. “Agora tem muito mais liberdade, né. Eles já tão começando a jogar desde cedo. Eu fui a primeira e a única menina da família, sofri muito.”

Enquanto junta o dinheiro para construir a própria casa, Cidinha ainda vive com a mãe, o padrasto e um dos irmãos, de 13 anos, que também dança no grupo. São em cinco filhos, no total. No fim das contas, Cidinha não aprendeu a ser dona de casa como a mãe queria. Marido ainda não arrumou também, só namorado, faz questão de pontuar.

“Depois que meu pai morreu, eu via minhas primas casando e sofrendo por causa do marido, que bebia e batia nelas.” Colocou, então, na cabeça que precisava ser independente pra não sofrer assim – ter seu próprio dinheiro, não depender de marido, fazer o que quiser. “Minhas primas até saíam de casa, mas depois voltavam com medo, porque a sociedade é muito

preconceituosa com a mulher que casou e deixou o marido, mesmo que ela tenha razão. Aí elas têm que voltar, fingir que nada aconteceu, tá tudo ótimo.”

Se Elismara um dia precisou fugir e Cidinha, apanhar, hoje elas só dançam conforme a própria música.

* * *

Franci usa a dança e o futebol para expressar tudo que sente. A alegria se traduz nos movimentos ritmados e coordenados; a raiva, no chute excepcionalmente mais forte. O treinador fica só “admirando”. Hoje com 16 anos, Franci Chamorro Franco Lopes, nascida na aldeia Amambai, saiu da igreja aos 14 quando viu a irmã dançando.

O futebol veio antes, aos 11 anos, por influência indireta do irmão, que jogava em frente de casa. Quando começou, a caçula não sabia nem chutar a bola. Com muito treino, melhorou bastante. Conta que vai participar do torneio intercolegial jogando no time da escola que frequenta, a Escola Estadual Indígena Mbo Eroy Guarani Kaiowá (que leva o mesmo nome da escola municipal), e pergunto se vai ser titular. Franci dá risada e diz, envergonhada, que ninguém sabe ainda, porque o professor não decidiu.

O treino de futebol (ou, mais precisamente, de futsal) na quadra da escola acontece todo domingo à tarde, às vezes até no sábado. Se o time não existisse, diz que “jogaria da mesma forma, pra mostrar o meu melhor”.

O ensaio, no barracão ou na quadra, acontece todo domingo de manhã. No grupo, praticam todo tipo de dança, das tradicionais indígenas ao hip hop, o ritmo preferido. Franci

não tem preferência, contanto que esteja dançando. Quando tem apresentação, o figurino é o grupo que “se vira pra arrumar”. “Qualquer pessoa pode entrar, mesmo que não saiba, aí vai aprendendo conforme o tempo.”

As manhãs de Franci se dividem em ensaios fora de hora e jogar bola com os primos. À tarde, vai à escola e, à noite, quando chega em casa, assiste “filmes de dança e essas coisas”. Ao contrário das mais velhas, as meninas da escola participam sempre de torneios e competições – Interclasses, JOIND, Intercolegial. O time de Franci, da escola estadual indígena, chegou às semifinais dos Jogos da Juventude de Mato Grosso do Sul (JOJUMS) 2016, mas perdeu para a equipe de Campo Grande e ficou com o quarto lugar.

O time feminino de futsal da escola municipal da aldeia, por sua vez, conquistou em 2016 o primeiro lugar nos Jogos Escolares de Mato Grosso do Sul (JEMS) e também o título de campeão na Copa do Interior de MS de Futsal. Com isso, a equipe ganhou o direito de representar o estado nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), promovidos pelo Comitê Olímpico Brasileiro para atletas de 12 a 14 anos, realizados em João Pessoa, na Paraíba, entre 20 e 29 de setembro deste ano.

No JEMS, os times da aldeia Amambai eram os únicos compostos por indígenas. “As meninas vão viajar pela primeira vez de avião, vão conhecer a praia. É um trabalho que eu desenvolvo há dez anos”, conta o professor Ismael, indígena concursado pela prefeitura e responsável pelo treinamento de todas as modalidades na aldeia. “Eu tinha certeza que um dia levaria o time pra ganhar o estadual, porque toda vez que eu ia, batia na trave, ficava em terceiro. Falei: ‘Dessa vez, vou ganhar.’”

As escolas municipal e estadual indígenas da aldeia Amambai são, atualmente, a maior potência esportiva no mu-

nicípio. Mas não foi sempre assim. “A gente sofria muita discriminação, era a primeira escola a ser excluída dos jogos, porque não sabia jogar, não sabia regra, não sabia nada. Ia lá, perdia e voltava. Aí era ‘aqueles índios fedidos’, ‘índios vagabundos’, tudo assim. Por isso eu resolvi estudar Educação Física e trabalhar pra mudar isso.”

Franci só viajou para competir uma vez – em outra oportunidade, a maioria das meninas não tinha documento de identidade e, então, não puderam ir. Mas sonha em conhecer o Rio de Janeiro. Com o grupo de dança, participa de festivais. “A gente fica em segundo, às vezes primeiro, às vezes terceiro.”

Existem, atualmente, dois grupos de dança na aldeia Amambai. O do professor Ismael, do qual Franci, Cidinha e Elismara são parte, e o comandado por um primo do professor. O segundo grupo foi criado a partir de conflitos internos e, por isso, são “concorrentes”. A metade do grupo antigo de Ismael, hoje com 50 pessoas, transferiu-se para a nova equipe. “Só os que não sabiam dançar foram pro novo”, comenta, segura e presumida.

Cursando atualmente o terceiro ano do ensino médio, Franci pretende realizar a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para entrar no curso de Letras. Quer ser professora de Literatura, mas, pra isso, terá que sair da aldeia, já que a graduação mais próxima na área está em Dourados, na UFGD. “Já tá decidido, vou morar lá. Meus pais até já viram apartamento e essas coisas.” Depois, “se tudo der certo”, quando terminar a graduação em Letras, quer cursar Artes Cênicas também.

Em seguida, confessa, tímida: queria entrar para uma agência de modelos. “Esse é meu maior sonho, ser modelo. Desde pequena, eu sonho com isso. Quando tem algum desfile por aqui, eu desfilo.” Mas a estudante também já pensou em

seguir carreira na dança. Queria ser bailarina. “Eu queria ser tudo, na verdade”, completa, rindo, e expressando exatamente o que eu pensava naquele instante.

Quando eu achei que tinha acabado, ainda veio mais uma. O que ela mais queria, no fim das contas, era ser “que nem o professor Ismael” e dar aulas de dança. “Por isso que eu admiro muito ele. Queria ser igualzinha a ele. Não igual, mas...”, declara-se, com riso tímido e a voz sumindo. Depois de se formar, quer voltar para a aldeia e trabalhar com arte, esporte e crianças.

A guarani kaiowá, registrada com as duas etnias, só responde com risadas quando eu pergunto se tem namorado. Seus irmãos já são casados. Um deles estudou só até o sétimo ano e entrou para o exército; a irmã terminou a escola e começou a faculdade, mas casou-se e teve o filho muito cedo. Franci não pensa em casar-se, só em estudar. “Depois talvez penso nisso. Filhos, um dia, talvez...”

* * *

Lucia guarda na memória todas as vezes em que foi humilhada de alguma forma por ser indígena.

Quando, um dia, estava em um grande mercado da cidade e uma mulher lhe disse que “lugar de indígena era fora, era pegando saco pelo quintal da casa, tipo pão que eles deixam pra jogar fora e a gente pega.” Ficou indignada, mas não respondeu nada, apenas saiu.

Quando foi a uma loja comprar acessórios para produzir seus artesanatos e a vendedora não lhe atendia. Lucia permaneceu andando, olhando. E ouviu: “Nossa, ainda bem que tem

câmera.” Dessa vez, respondeu. “Ainda bem mesmo, porque aí você vai ver que eu não vou roubar nada.”

Quando foi com a mãe a um brechó no mesmo dia em que havia confeccionado seu primeiro filtro dos sonhos. “Eu tinha aprendido a fazer naquele dia. Tava muito feliz mesmo, até falei pro meu marido: ‘Vou levar esse filtro porque quero mostrar!’ Que ideia a minha também, né...” Na loja, havia vários filtros dos sonhos para vender. Lucia prefere acreditar que a mulher do caixa não a viu chegando, porque, enquanto pagava a roupa que levaria, ela disse à indígena: “O filtro é doze reais.” Lucia riu. “Que doze reais, moça?” A vendedora perguntou de onde ela tinha pegado o brinco. “Eu fiz o brinco, ué.” A mulher não acreditou. “Não, você pegou dali. É doze reais. É roubo isso.” Lucia insistiu, dizendo que havia aprendido a fazer o acessório no mesmo dia. Estava muito orgulhosa de si. “Eu não vou pagar pelo que eu fiz. Vê se o brinco é igual.” Então, a vendedora pediu desculpa, mas Lucia deixou a roupa e saiu muito irritada. Prometeu à mãe que não voltaria ao local.

“É um preconceito que não tem explicação. Muitos indígenas sofrem preconceito, mas parece que passa despercebido. E tem muitas coisas que não adianta eu ficar falando à toa que eles não vão perceber.” Aos 23 anos, Lucia Pereira não se sente confortável indo à cidade, mas não deixa de ir por causa disso.

Na universidade, nota que os indígenas ainda não são totalmente aceitos. Por ser artesã, já teve que ouvir de colegas que ela “matava passarinhos pra fazer artesanato”, os brincos, colares e pulseiras que vende. “Eu falei que essa é minha origem, a gente mata passarinho não pros cachorros, a gente mata pra comer. E a gente aproveita todas as peninhas. Vejo que as pessoas pensam que o índio tem que viver de penas, viver pelado, entre outros, e não é isso. Os indígenas agora tão

bem avançados, transformados, mas não porque usa celular ou tênis da Nike. É porque a gente tem oportunidade e possibilidade de estar aqui na universidade como os não-índios, e antes não tinha.”

Lucia cursa o quarto ano de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em Amambai, onde vive na aldeia de mesmo nome. A intolerância também se manifesta dentro da sala de aula. Os colegas frequentemente se recusam a incluir ela e outro rapaz indígena de sua classe nos grupos de trabalho, e os dois já foram zombados no grupo da turma em uma rede social de mensagens instantâneas. Disseram que os dois eram incapazes de tirar nota dez.

O outro indígena, que estava no grupo, levou o caso ao coordenador de curso. “Eu tinha perdido o celular naquele tempo e não vi. Foi muito difícil porque a sala toda se revoltou com a gente depois que denunciamos. Mas eu não ligava pra eles, quem não quisesse me ver, que não fosse pra aula. Porque eu ia estar lá.” Até o momento da entrevista, nenhuma sanção tinha sido aplicada aos alunos responsáveis. “É o poder, né? Vem mais pra eles do que pra nós. Minha turma é o mais preconceituoso que eu conheço.”

A não aceitação já começa pelo idioma. A maior dificuldade durante a graduação, além da turma preconceituosa, foi conseguir expressar-se em sua segunda língua, o português. Em suas frases bem construídas, com palavras elegantes e desajeitadamente formais para a situação, consigo ver a ferida ainda aberta do trauma. Lucia ainda tem medo de errar. “Eles já falaram pra mim: ‘Lucia, você fala assim: ahhnn... aí você para. Tem coisas bem fáceis e você não raciocina.’ Fiquei bem braba, me doeu por dentro. Falei pra eles que eu tenho que pensar pra falar. Meu cotidiano é o guarani na aldeia. Se eles

aprendessem o guarani e eu pedisse pra eles falarem agora, que que eles iam pensar? Mas minha grande luta é isso, de eles pelo menos se conscientizarem, procurarem entender nosso lado, nossa cultura. A gente é diferente deles.”

Realizar um curso de graduação é uma conquista para os indígenas, em sua opinião. É preciso deslocar-se todos os dias até a cidade, que fica a cinco quilômetros da aldeia, e enfrentar a violência e os perigos de voltar tarde da noite de ônibus escolar. Muitos já desistiram por sofrerem ameaças. “O pessoal acha que, porque a gente anda à noite, levamos drogas, bebidas. Só que muitos jovens terminam na aldeia o ensino médio e buscam alternativas, mesmo que tenham que sair da aldeia pra ir buscar seu sonho. Isso é uma grande conquista para nós e para as universidades que nos recebem. Mesmo que eles ainda não nos entendam.”

Mas Lucia não desiste. Vai à universidade porque quer ter um bom trabalho. “A aldeia é um confinamento, tem muita gente e eu vejo que os espaços lá vão ficando pequenos pra nós. Não tem muita estrutura, a gente depende das oportunidades. Como não tem trabalho fixo, a gente procura vir pra universidade, se formar e voltar pra dar aula.”

A kaiowá guarani (kaiowá de nascença, guarani pelo casamento) nunca quis ter que depender financeiramente dos pais, que sempre precisaram submeter-se a jornadas de trabalho exaustivas para sustentar a família. “A gente cresce e, às vezes, o que a gente quer não tem condições de eles comprarem, porque o valor é alto.”

Mas as bolsas ajudam. Lucia, bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), tenta motivar os mais jovens. “A gente fala que ganha bolsa e não tem que ir trabalhar longe, nem ficar 40 dias nas usinas, e as mulheres

não têm que trabalhar de doméstica, passando muitas vezes por humilhações.” Além do Pibid, ela também recebe uma bolsa-permanência de R\$ 602 que o governo concede aos indígenas que estão na universidade. Ela acredita que, assim, “a gente se desvincula das drogas e do alcoolismo e tem a oportunidade de falar para os jovens que esse é o caminho.”

O outro estímulo para entrar na universidade foi desafiar a resistência familiar. Seu objetivo era mostrar aos pais que era capaz. “Eles falaram: ‘Você, Lucia, tem que casar, ter filhos, ter casa, entre outros.’ Eu falei pra minha mãe que queria estudar, ser pelo menos alguma coisa que um dia ela vai falar: ‘Minha filha fez isso.’ E eu acho que tô conseguindo.”

É uma família bastante conservadora. Os pais não queriam que ela continuasse a estudar depois que casou-se, aos 15 anos. Por isso, Lucia quer mostrar às meninas que elas têm direito de estudar e se formar, se quiserem. “Olha, eu sou capaz. Eu também tô no meio dos não-índios fazendo curso. Eu posso fazer alguma coisa além de me casar.”

Lucia casou-se aos 15 anos porque sua família não tinha boas condições financeiras. Era a única saída (ou achava que era). A mãe não tinha renda, o pai era aposentado e havia quatro filhos para sustentar. Além disso, Lucia sentia-se inferiorizada porque os irmãos homens tinham prioridade em ganhar “coisas novas” por serem os “homens da casa”, e porque “mulher tem que se preparar pra ser dona de casa, não precisa ganhar coisas”.

“Quando casei, pensei assim: ‘Nossa, agora que complicou minha vida’.” Antes do casamento, ela trabalhava para conseguir o próprio dinheiro, lavando roupa para senhoras mais velhas, e ganhava cerca de R\$ 100 por mês. Comprava roupas, caderno, lápis. Depois que se casou, a mãe disse que ela não

poderia mais frequentar a escola. “Agora você casou, é dona de casa, tem que criar galinha, tem que criar não sei o quê’, ela dizia.” Lucia e o marido viveram por dois meses na casa de sua família, porque não havia onde morar. Na época, o marido tinha 18 anos e terminava o ensino médio na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Lucia, então, enfrentou a família e continuou os estudos, mesmo proibida. Faltava um ano para concluir o ensino médio. “Eu falei pra eles: ‘Vou estudar de qualquer jeito.’ Enfrentei eles. Mas eles me deixaram de lado por causa disso.” Hoje, oito anos depois, Lucia acredita ser uma referência. Tem tentado, por todos esses anos, mudar em casa o conceito de o que é ser mulher e fazer entender que se deve estudar para dar exemplo aos filhos. “Vejo que agora minha mãe tá pensando diferente por minha causa. Eu sou a única que tá fazendo faculdade.” À irmã adotiva, de 12 anos, ela diz que pode fazer faculdade sem se casar, sem depender do marido. Mas ainda disputa a atenção da caçula com a mãe. “Meus pais ainda têm uma mente muito fechada, só que agora, com eu fazendo faculdade, eles tão assim meio que abrindo as possibilidades de pensar algo diferente.”

Dentro da aldeia, Lucia explica que quando um casal se gosta, tem que se casar. E ela gostava do namorado. Mas não queria se casar de jeito nenhum. Os pais insistiam na ideia, dizendo que logo ela engravidaria e eles teriam que sustentar os netos. Sofria uma pressão danada e chorava, chorava, chorava porque queria terminar os estudos. Acabou cedendo à vontade dos pais, menos por escolha própria do que qualquer outra coisa. “Se alguém tivesse me falado: ‘Tem possibilidade de você não casar, tem outras opções, você vai conseguir.’ Se tivessem me conscientizado, eu mudaria de ideia. Acho que seria bem

diferente agora. Casar é muito desafiador.”

Lucia quer viver sua vida. Quer mesmo. Diz que as mulheres, agora, estão buscando um novo rumo; que não é só porque é mulher que tem que ter filhos, ser dona de casa, doméstica, isso tem que ser quebrado. Quer colocar nas mais jovens a ideia de fazer faculdade, ser independente. Tem certeza na voz.

Quando pergunto, me conta que, se precisasse se separar, “separaria tranquilo, sem olhar pra trás”. Não acredito nela. Seus olhos mostram o contrário. E não porque ache que seu discurso bonito é só da boca pra fora; mas porque Lucia tem razão quando fala que o matrimônio é desafiador e, sem querer, me deixa claro que há muitas coisas não ditas sobre sua história – coisas que ela não vai permitir que eu alcance nesse momento.

Casada há oito anos, Lucia ainda não tem filhos. “Posso pensar mais pra frente, mas agora não é uma boa hora.” Tem seis irmãos, três meninos e três meninas. A caçula foi proibida pelo pai de praticar esportes, mas ela intercedeu. “Falei pra ele que não é por causa que ela sai que ela já vai engravidar, já é diferente agora, a gente pensa em preservativo e essas coisas.” Essa é sua maior discordância: que a única preocupação dos pais em relação às filhas seja achar marido trabalhador. “Eu já tenho uma outra visão, por isso eu ainda não tenho filhos. Se eu tiver, eu não vou aceitar isso. Meus pais, não. Quando a menina completa 15 anos, já tem que casar e engravidar. Daí tem gravidez precoce, os que entram pras drogas, pro alcoolismo.” Para ela, a única maneira de mudar isso é através do esporte, da arte e da educação.

Lucia também joga futebol na aldeia, junto com Cidinha e Elismara. “O que mobiliza as coisas boas na aldeia é o esporte, porque também interage com as outras aldeias, pessoas, e

isso é muito importante pra gente conhecer o outro.” O esporte acaba sendo uma alternativa para superar as drogas, o alcoolismo e a violência.

A fronteira entre Brasil e Paraguai facilita o acesso às drogas e ao álcool, e isso afeta também as mulheres, que se tornam consumidoras ou são vítimas da violência gerada pelo vício. “A gente já perdeu muitos jovens pra violência. A universidade é um ambiente que podemos refletir sobre isso.”

A indígena, que estudou desde as séries iniciais até o fim do ensino médio na aldeia, pensa em fazer mestrado em Antropologia depois de graduar-se, mas, para isso, teria que sair de Amambai, cidade onde nasceu e para onde voltou aos seis anos, depois de viver por um tempo na aldeia Taquaperi, em Coronel Sapucaia, a 40 quilômetros dali. Hoje, além de ir à universidade todas as noites, faz estágio na UEMS três tardes por semana e desenvolve o Pibid, uma vez por semana, na escola da aldeia.

O tema de sua monografia é relacionado à atividade das parteiras, o uso de plantas medicinais na aldeia e o repasse desses conhecimentos. A madrinha é benzedeira e a mãe, parteira e grande conhecedora da medicina natural. “Muitos não se interessam mais por essa cultura, mas vejo que é gratificante. Como o Boaventura fala, os indígenas conhecem as plantas, só que vêm os cientistas, levam as plantas e falam que é deles. Só que essas plantas que a gente conhece, voltam dos cientistas e vendem caro pra gente.” Em sua casa, só o que não se cura com as plantas se procura nos remédios de branco.

Na fronteira, Lucia sabe qual é o maior desafio em ser mulher indígena. A resposta é tragicamente simples: “É ser mulher, né”. “A gente tem que ser a mulher de casa. Aí quando casa, tem que ter filhos, tem que ter responsabilidade, tem que

trabalhar pra sustentar. A gente não acha muito emprego, nem na aldeia, nem na cidade, pra mulher muito menos. Mulher não tem prioridade.”

Desafiador, também, é “estudar, ser dona de casa e casada” ao mesmo tempo. “As pessoas me perguntam: ‘Como é isso, seu marido não sente ciúme quando você interage com outros homens?’ Eu falo que não, porque ele é muito aberto. Admiro muito ele. Agora estamos começando de novo, porque a gente enfrentou muitas dificuldades ano passado. Quase se separou.” O companheiro também frequenta a UEMS, faz o curso de História. “Eu falei pra ele ontem que a vida é uma só, a gente tem que aproveitar o máximo que a gente tem porque a gente não sabe o dia de amanhã, né.”

Lucia quer mesmo aproveitar o máximo. Estudar e fazer tudo que estiver ao seu alcance. “Por ser mulher, eu admiro muito as que fazem faculdade, deixam os filhos, vão pras lutas.” Acredita que ainda restam muitos espaços a ocupar. “Tem que ser candidata, tem que ser vereadora, prefeita, professora, educadora, onde o machismo for alto. As mulheres têm voz agora. Tão construindo.”

Como se precisasse explicar por que tanto dedicam suas vidas para retornar ao lugar de origem, dona Helena me diz: “A terra é a mãe. A nossa mãe. Nós sabemos onde é nosso tekoha, ninguém falou pra nós. Os fazendeiro falam que o CIMI [Conselho Indigenista Missionário] que dá dinheiro pra nós ir invadir a terra. Isso aí é só pra jogar em cima dos outros a culpa. Era nossa roça, onde nós pegava água, pescava, nós sabemos tudo lá. E o fazendeiro não sabe, fala que é dele. Mas não é. Guarani kaiowá sabe o lugar dele. Igual a senhora, o seu tekoha é... esqueci, qual que é o nome mesmo? Florianópolis, lá é seu tekoha. Você conhece tudo lá, igual também nós aqui.”

Do capítulo *A luta e a reza na ponta da língua.*